



**IVY ENBER CHRISTIAN UNIVERSITY
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

ROBERTINHO VIEIRA DOS SANTOS

**O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UMA ESCOLA
PERIFÉRICA DE NOVO ARIPUANÃ- AM: UM ESTUDO DE CASO**

**NOVO ARIPUANÃ - AM
2024**



ROBERTINHO VIEIRA DOS SANTOS

**O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UMA ESCOLA
PERIFÉRICA DE NOVO ARIPUANÃ- AM: UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Internacional em Ciências da Educação da Ivy Enber Christian University (ENBER), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação.

Orientadora: Danielle Ventura de Lima Pinheiro

**NOVO ARIPUANÃ - AM
2024**



CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

SEÇÃO DE CATALOGAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO – ENBER

S237d Santos, Robertinho Vieira dos.
O desenvolvimento da educação ambiental em uma escola periférica de Novo Aripuanã – AM: um estudo de caso [recurso eletrônico] / Robertinho Vieira dos Santos. – Dados eletrônicos. – Novo Aripuanã-AM: 2024.

66 f. il.

Orientação: Danielle Ventura de Lima Pinheiro.

Dissertação (Mestrado) - ENBER/PPGCE.

1. Educação. 2. Meio ambiente. 3. Novo Aripuanã - AM.
I. Pinheiro, Danielle Ventura de Lima. II. Título.

ENBER/BC

CDU 37:502.1 (811.3)

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Beatriz E. Maia, CRB 15/980



ROBERTINHO VIEIRA DOS SANTOS

**O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UMA ESCOLA
PERIFÉRICA DE NOVO ARIPUANÃ- AM: UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Internacional em Ciências da Educação da Ivy Enber Christian University (ENBER), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação.

Aprovada em: 16/12/2023

BANCA EXAMINADORA

Danielle Ventura

Danielle Ventura de Lima Pinheiro
(Orientador/PPGED/ENBER)

Sawana Graça Lopes de Souza

Sawana Lopes
(Membro-interno/PPGED/ENBER)

Thayza Wences S.S. Felipe



Dedico este estudo a meus familiares, que souberam compreender a minha ausência e dedicação aos estudos;

Aos meus colegas de profissão, que são os maiores incentivadores e fonte de inspiração para que eu conseguisse superar as dificuldades;



AGRADECIMENTOS

A Deus, por nos dar o dom de sermos pessoas inteligentes, vencedoras e capazes de superar todos os obstáculos da vida.

A meus pais, com quem compartilho todas as minhas alegrias, conquistas, angústias e preocupações. Sei que até mesmo nos momentos em que apresentava dificuldades, eles tinham a certeza de que eu conseguiria superar. Meus exemplos de amor, fé, dedicação e força. Obrigada por tudo. Amo vocês!

Aos meus irmãos, meus verdadeiros companheiros, de vocês recebi o apoio e carinho necessários para que conseguisse realizar este trabalho.

À minha filha e à minha esposa, pelo apoio, carinho e compreensão nos momentos em que estive ausente.

Aos professores do Curso, pelos conhecimentos que conseguiram transmitir no decorrer de cada etapa vivenciada.

A todos os meus colegas, pela união e apoio oferecido nas horas difíceis, pois, de alguma forma, contribuíram para a realização desse trabalho.

Meus sinceros agradecimentos a todos.



O homem dos primeiros tempos estava constantemente imerso na natureza; os costumes da vida civilizada ainda não haviam provocado a separação entre a natureza e o homem. Seu olhar encontrava-se perante essa beleza, ou deslumbrava-se perante suas grandezas. Gozava da luz, receava a noite e, ao ver reaparecer "a santa claridade dos céus", sentia-se reconhecido e grato. Sua vida dependia inteiramente da natureza; esperava a nuvem benfazeja que lhe garantiria a colheita; temia a tempestade que lhe destruía o trabalho e as esperanças de todo o ano. Sentia a cada momento a sua fraqueza diante da força incomparável de quanto o rodeava. O homem sentia,



RESUMO

SANTOS, Robertinho Vieira dos. **O desenvolvimento da educação ambiental em uma escola periférica de Novo Aripuanã- AM: um estudo de caso.** 2024. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Ivy Enber Christian University, Orlando, 2024.

Nesta dissertação, apresenta-se um estudo reflexivo sobre a importância da educação ambiental mediante as concepções de ensino e aprendizagem impostas pelos educadores e encaminhadas aos educandos dentro dos ambientes escolares. Com isso, o objetivo geral desta dissertação consiste em analisar a importância dos educadores como agentes formadores de novos pensamentos, atitudes e valores. E os objetivos específicos são: caracterizar a importância da Educação Ambiental mediante ao processo de ensino e aprendizagem; descrever a importância do professor no desenvolvimento das ações didático-pedagógicas interdisciplinares que são planejadas e desenvolvidas no cotidiano escolar; analisar a importância das ações crítico-reflexiva do professor diante do processo de formação dos discentes. Como metodologia, adotamos o método de estudo de caso, com ênfase de abordagem a Pesquisa Qualitativa, tendo como foco metodológico a análise documental. Desse modo, todos os documentos analisados foram significativos para a consistência de um trabalho dinâmico, contemplando de modo funcional o processo educativo para que este seja desenvolvido de forma sistemático, principalmente nas ações extracurriculares em que o ensino pode ocorrer de forma diferenciada. Neste contexto, a figura do educador é de suma importância, tendo em vista que os educadores são agentes formadores de novos pensamentos, atitudes e valores. Porém, cabem às escolas a articulação, o planejamento e o desenvolvimento de projetos interdisciplinares que envolvam não só os integrantes do contexto escolar, mas a família e a sociedade como um todo para evidenciar as dificuldades relacionadas às possibilidades do ato de cuidar do meio ambiente e ressaltar a importância da sua manutenção para a qualidade de vida.

Palavras-chave: Ensino, Aprendizagem, Meio Ambiente.



ABSTRACT

SANTOS, Robertinho Vieira dos. **The development of environmental education in a peripheral school in Novo Aripuanã- AM: a case study.** 2024. Dissertation (Master of Science in Education) - Ivy Enber Christian University, Orlando, 2024.

This dissertation presents a reflective study on the importance of environmental education through the conceptions of teaching and learning imposed by educators and forwarded to students within school environments. Thus, the general objective of this dissertation is to analyze the importance of educators as formative agents of new thoughts, attitudes and values. And the specific objectives are: to characterize the importance of Environmental Education through the teaching and learning process; describe the importance of the teacher in the development of interdisciplinary didactic-pedagogical actions that are planned and developed in the school routine; To analyze the importance of the teacher's critical-reflexive actions in the process of student education. As a methodology, we adopted the case study method, with emphasis on Qualitative Research, with a methodological focus on document analysis. Thus, all the documents analyzed were significant for the consistency of a dynamic work, functionally contemplating the educational process so that it can be developed in a systematic way, especially in extracurricular actions in which teaching can occur in a differentiated way. In this context, the figure of the educator is of paramount importance, considering that educators are agents who form new thoughts, attitudes and values. However, it is up to schools to articulate, plan and develop interdisciplinary projects that involve not only the members of the school context, but the family and society as a whole, in order to highlight the difficulties related to the possibilities of caring for the environment and to emphasize the importance of its maintenance for the quality of life.

Keywords: Teaching, Learning, Environment.



LISTA DE IMAGENS

| | | | | | | |
|---------------|----------|---|---------------|-----------|---------------------------------|---------|
| Imagem | 1 | – | Identificação | da | escola |40 |
| Imagem | 2 | – | Quadra | esportiva |41 | |
| Imagem | 3 | – | Refeitório |41 | | |
| Imagem | 4 | – | Sala | dos | Professores |42 |
| Imagem | 5 | – | Visão aérea | da | Escola Estadual Francisco de Sá |43 |



LISTA DE TABELA

| | |
|--|----|
| Tabela 1 – Documentos analisados..... | 54 |
|--|----|



LISTA DE SIGLAS

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CF – Constituição Federal

EA – Educação Ambiental

FNMA – Fundo Nacional do Meio Ambiente

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

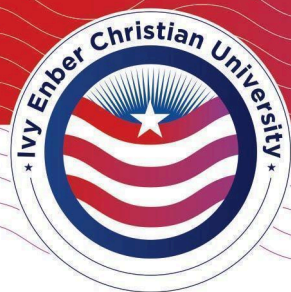
MEC – Ministério da Educação

ONU – Organização das Nações Unidas

PNEA – Plano Nacional de Educação Ambiental

PPP – Projeto Político Pedagógico

SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente



SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| INTRODUÇÃO | 14 |
| 1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL | 17 |
| 1.1 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL..... | 19 |
| 1.2 AMBIENTES ESCOLARES: ESPAÇOS PROMISSORES PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL..... | 23 |
| 1.3 COMUNIDADE ESCOLAR: ELEMENTO FUNDAMENTAL NA ASSOCIAÇÃO E DIFUSÃO DE CONHECIMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL..... | 28 |
| 2 AÇÕES METODOLÓGICAS | 37 |
| 2.1 DIAGNÓSTICO DA ESCOLA..... | 38 |
| 2.2 CONTEXTO HISTÓRICO..... | 39 |
| 3 O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR A PARTIR DA ANÁLISE DE DOCUMENTOS | 44 |
| 3.1 PROJETOS INTERDISCIPLINARES DESENVOLVIDOS NA ESCOLA..... | 44 |
| 3.2 PROPOSTA CURRICULAR DE ENSINO..... | 46 |
| 3.3 PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO (PPP)..... | 47 |
| 3.4 PLANOS DE AÇÕES..... | 48 |
| 3.5 PLANEJAMENTOS DIÁRIOS..... | 50 |
| 3.6 AVALIAÇÕES PRODUZIDAS COTIDIANAMENTE | 51 |
| 4 ANÁLISES DOS RESULTADOS OBTIDOS | 54 |
| CONCLUSÃO | 58 |



INTRODUÇÃO

Esta dissertação apresenta reflexões sobre a importância da Educação Ambiental (EA) mediante as concepções de ensino e aprendizagem realizadas pelos educadores aos educandos dentro dos ambientes escolares, considerando que estes ambientes são instrumentos capazes de transformar uma realidade e contribuem para uma análise crítica acerca dos problemas ambientais. Nossa pesquisa buscar responder o seguinte questionamento: qual a importância da Educação Ambiental em relação ao aprendizado dos estudantes? Posto isto, convém mencionar que o processo educativo “deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva” (BNCC, 2017, p. 14). Como professor de Geografia, torna-se fundamental correlacionar de que forma as práticas e/ou ações ambientais estão sendo conduzidas nos contextos escolares e, conseqüentemente, verificar quais são as contribuições da escola e de que forma se dá a implementação das temáticas ambientais no processo de ensino e aprendizagem.

Durante toda a minha trajetória como docente ativo e reflexivo, sempre procurei analisar o quanto o meio ambiente é agredido por atitudes incoerentes, tanto no meio social quanto no interior da instituição escolar onde atuo, e como, na maioria das vezes, as pessoas descartam resíduos sólidos (lixo) de forma inadequada e em qualquer e espaço sem nenhuma preocupação com os problemas que poderão acontecer.

Diante disso, cabe ressaltar que os educadores são agentes importantes no auxílio à estruturação de atitudes e valores, contribuindo para o desenvolvimento de um aprendizado suscetível e significativo em relação ao contexto e à importância da EA. Quanto a esta última, destaca-se que deve estar sempre articulada numa análise centrada na ação dos sujeitos que produzem o espaço e na interação que eles estabelecem, ou seja, o espaço sempre visto em seu sentido relacional, totalmente impregnado nas dinâmicas de produção da sociedade. A Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, nos artigos 1º e 2º, diz:

Art. 1º - Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade;

Art. 2º - A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (Brasil, 1999).

Este estudo tem como objetivo geral analisar a importância dos educadores como agentes formadores de novos pensamentos, atitudes e valores. E como objetivos específicos: caracterizar a importância da Educação Ambiental mediante ao processo de ensino e aprendizagem; descrever a importância do professor no desenvolvimento das ações didático-pedagógicas interdisciplinares, que são planejadas e desenvolvidas no cotidiano escolar; e analisar a importância das ações crítico-reflexivo do professor diante do processo de formação dos discentes.

A realização desta pesquisa justifica-se pela finalidade de auxiliar na integração e contextualização da EA nas ações de ensino e aprendizagem, visto que existem possibilidades de abordagens multidisciplinares que podem favorecer o desenvolvimento de uma reflexão crítica acerca de temáticas ambientais. Além disso, visamos manter uma atitude comunicativa junto aos agentes educacionais para compreender se no ato do planejamento de suas atividades pedagógicas há propostas de integração de temáticas relacionadas ao meio ambiente no processo de ensino e aprendizagem dos discentes, mesmo que de forma subjetiva.

Nesse sentido, é preciso fortalecer um trabalho de análise crítico-reflexiva a fim de que haja a conscientização sobre a importância da EA dentro do contexto escolar. As autoras Dessen e Polonia (2007, p. 26-27) afirmam que:

Em síntese, a escola é uma instituição em que se priorizam as atividades educativas formais, sendo identificada como um espaço de desenvolvimento e aprendizagem e o currículo, no seu sentido mais amplo, deve envolver todas as experiências realizadas nesse contexto. Isto significa considerar os padrões relacionais, aspectos culturais, cognitivos, afetivos, sociais e históricos que estão presentes nas interações e relações entre os diferentes segmentos.

Partindo dessa premissa, é possível considerar que o desenvolvimento da aprendizagem deve estar associado a todo e qualquer aspecto ligado ao ambiente a fim de gerar novas experiências tanto no ato de ensinar quanto no ato de aprender. Essa associação, de suma importância, possibilita que haja a contextualização do ensino e a apreciação das problemáticas ambientais, que estão presentes no dia a dia dos agentes educacionais direta e indiretamente.

Nesse sentido, ressalta-se que a EA é um processo de mediação entre escola, comunidade, professores e alunos. A partir dessa integração, objetiva-se instruir os alunos para que possam ser capazes de realizar ações inovadoras, além de gerar neles uma autoconfiança, contribuindo para um rendimento satisfatório nas atividades propostas. Em

síntese,

A Educação Ambiental envolve o entendimento de uma educação cidadã, responsável, crítica, participativa, em que cada sujeito aprende com conhecimentos científicos e com o reconhecimento dos saberes tradicionais, possibilitando a tomada de decisões transformadoras, a partir do meio ambiente natural ou construído no qual as pessoas se integram (Brasil, 2013, p. 535).

Considerando que a EA deve ser desenvolvida visando o pleno exercício de cidadania, o desenvolvimento desta pesquisa está associado às possibilidades de aprendizagens relacionadas às temáticas ambientais dentro do contexto escolar. Para isso, em suas ações cotidianos, a comunidade escolar deve englobar temas que estejam relacionados à EA e, conseqüentemente, garantir que o desenvolvimento dessas ações seja norteado de sucessos. Desse modo, o educador cumpre a sua função com mediador do conhecimento, com o foco voltado para a formação de cidadãos conscientes.

No campo científico, o estudo traz contribuições às análises críticas, proporcionando a investigação de uma realidade a fim de encontrar possíveis soluções para os problemas apresentados, ou diversas formas de preveni-los. Os problemas são:

- a) O que os documentos internos da instituição escolar trazem sobre a Educação Ambiental?
- b) Qual a relevância do professor como agente multiplicador do processo ensino e aprendizagem?

Na escola em que se desenvolveu o estudo, observou-se que, no planejamento das ações pedagógicas, não são priorizados conteúdos e temáticas que estejam associados à EA. No entanto, é fundamental que a comunidade escolar passe a considerar a EA como um objeto de conhecimento de suma importância dentro do contexto escolar, principalmente por ser um assunto que faz parte da nossa realidade social.

A metodologia dessa pesquisa caracteriza-se por ser um estudo de caso com a abordagem qualitativa em uma escola da área periférica do Município de Novo Aripuanã – AM, tendo como foco metodológico a análise documental de fontes bibliográficas para embasar a temática de estudo, além de fontes secundárias, visando ampliar a gama de informação. A verificação dos dados catalogados ocorre a partir da análise de conteúdo, destacando que todas as informações mencionadas neste trabalho foram tratadas com maior seriedade, pautada no uso da ética a fim de que não haja qualquer tipo de ação danosa.

Assim, esta pesquisa se constituiu com base na EA, concebida como elemento fundamental para que se fortaleça a mudança de atitudes e hábitos dos seres humanos em

relação ao meio ambiente. Junto a isso, a EA pode contribuir de maneira substancial para que todos se desenvolvam de forma mais integral e humana, tornando-se cidadãos críticos e capazes de mudar sua realidade e da sociedade em sua volta.

1 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Atualmente, estamos vivenciando grandes complexidades no mundo todo e observamos que há uma interferência acentuada das ações humanas sobre os ecossistemas, que vai desde a contaminação dos recursos hídricos até a destruição de extensas áreas de vegetação. Com isso, fica evidente a necessidade de uma mudança comportamental do ser humano em relação ao meio ambiente.

Diante disso, a EA, seja de caráter formal, seja não formal, está se tornando um elemento relevante para a formação social e a vida de cada ser humano, pois visa não somente conscientizar as pessoas, mas também abrir conhecimentos para que elas entendam as consequências do seu processo de evolução.

Desse modo, quando passa a ser inserida em um ciclo de aprendizagem, a EA representa um conjunto de ações que promove a sustentação e o uso racional dos recursos naturais, com ênfase na preservação e na conservação do meio ambiente. Portanto, a compreensão dos conceitos e fundamentos referentes à EA é primordial para que os seres humanos possam contextualizar e potencializar seus espaços de vivência.

Entretanto, é necessário que a EA, entendida como objeto de conhecimento, seja trabalhada com relevância e que seus conceitos se tornem ferramentas de aprendizagens para que as pessoas possam compreendê-la como um espaço mútuo de integração entre o ser humano e a natureza. Isso contribui para o desenvolvimento de novos padrões comportamentais estabelecidos pelas ações recíprocas entre o homem e a natureza. Além disso, o ser humano pode estabelecer seu modo de vida baseado na concepção da manutenção, da responsabilidade e da racionalidade em relação à preservação do meio ambiente.

Ressalta-se que a EA passou a ser vista com mais interesse no ano de 1972, na *Conferência de Estocolmo*, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), com o intuito de discutir sobre o Meio Ambiente Humano. Nessa conferência, concluiu-se que seria eventualmente necessário orientar o ser humano visando a solução dos problemas ambientais. Segundo Dias (1993, p. 22), “a conferência de Estocolmo, ao reconhecer a importância da EA em trazer assuntos ambientais para o público em geral, recomendou o treinamento de professores e o desenvolvimento de novos recursos instrucionais e métodos”. A partir desse momento, houve um grande interesse de que o termo *Educação Ambiental* fosse difundido em

grande escala pelo mundo, tornando-se destaque em outras conferências internacionais como a de *Belgrado* (1975), de *Tbilisi* (1977) e de *Moscou* (1987).

No Brasil, a EA foi implementada de forma indireta após pressão do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird), mais conhecido como Banco Mundial, e de instituições ambientalistas. Em 1973, o governo Federal criou a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), hoje extinta, que tinha com uma de suas atribuições “[...] o esclarecimento e a educação do povo brasileiro para o uso adequado dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio ambiente, [...] responsável pela capacitação de recursos humanos e sensibilização inicial da sociedade para as questões ambientais (Brasil, 2005, p. 22).

Apesar disso, a EA foi inserida formalmente no Brasil somente após a criação da Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, que em seus anseios dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Através dessa lei, o ensino sobre a EA passou a ter um olhar mais dinâmico, fazendo-se presente em todas as modalidades de ensino, além de contribuir para a educação de toda sociedade, visto que p objetivo era levar conhecimento a toda à população de forma concreta para que todos pudessem se tornar capazes de agir ativamente na defesa do meio ambiente. Conforme destaca Ferreira (2008, p. 10), “[...] no contexto legal foi uma das primeiras citações inseridas nos princípios de uma lei federal que versa sobre a importância da EA como componente fundamental para a promoção da educação e conscientização ambiental no Brasil”.

Como medidas adotadas visando o fortalecimento da preservação do meio ambiente, houve a criação de outros órgãos públicos, que foram essenciais na difusão e no aprimoramento da EA. Entre eles, destacam-se:

1) O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), criado a partir da Lei n.º 7.735, de 22 de fevereiro de 1989;

2) O Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), criado a partir da Lei n.º 7.797, de 10 de julho de 1989.

Embora a EA tenha se apresentado de forma mais organizada a partir desse momento, ainda era necessário que fosse disseminada entre os membros da sociedade. Com isso, em 1985, o Ministério da Educação (MEC), através do parecer n.º 819/85, destacou a necessidade de incluir conteúdos ecológicos no ensino fundamental e médio, visando a formação e o pensamento ecológico de cada cidadão. O ministério também determinou, por meio portaria 678/91, de 14 de maio de 1991, que todas as modalidades de ensino deveriam abordar

conceitos relacionados à EA, além de ressaltar que houvesse mais investimento na formação de professores. Desse modo, a EA passou a ser conduzida como tema transversal e incluída nos currículos de ensino.

Como observamos, o fluxo de interação entre a maioria da sociedade e o meio ambiente ocorre constantemente e de forma irracional, gerando grandes consequências para ambos. Por isso, é necessário haver uma reflexão em relação aos problemas semiestruturados que o homem vem causando ao meio ambiente. Consideramos que essa reflexão possa ocorrer a partir da EA, pois, ao ser compreendida como recurso de formação, ela possibilita levar o ser humano a realizar mudanças de atitudes, tornando-se mais dinâmico e participativo. Assim, podemos estabelecer valores favoráveis ao modo de vida, visando a preservação e a conservação da natureza, como ressalta o item a seguir.

1.1 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Nos últimos anos, a EA vem sendo tema de grande repercussão nas diversas esferas sociais. Isso porque a sociedade, que vive em constante processo de transformação, mostra que a necessidade de vivência dos seres humanos é alimentada pela produção de bens de consumo e de materiais de modo elevado, gerando aumento nesse tipo de produção e no consumo dos mais variados tipos de produtos.

Essa necessidade suscita inúmeros problemas em relação à integração entre o homem e o meio ambiente, pois, assim como tudo que é produzido pelas grandes indústrias para satisfazer as carências do homem é extraído do meio ambiente, tudo que perde a utilidade para o homem é devolvido ao meio ambiente de alguma forma. Portanto, “a sociedade capitalista urbano-industrial e seu atual modelo de desenvolvimento econômico e tecnológico tem causado crescente impacto sobre o ambiente, e a percepção deste fenômeno tem ocorrido de maneiras diferentes por ricos e pobres” (Philippi; Peliconi, 2014, p. 7).

No entanto, tais ações tornam-se ponto de partida para o início de uma nova fase no processo de evolução voltado aos problemas ambientais visíveis e decorrentes de longos períodos, que só tende a aumentar caso não ocorra nenhuma mudança social visando amenizar essa situação.

Diante disso, as instituições escolares surgem como grandes agentes capazes de transformar esses pensamentos predatórios dos seres humanos em relação ao meio ambiente, pois elas buscam promover ideias e ações multiplicadoras que envolvem a todos, conscientizando-os sobre a real situação do espaço onde estão inseridos como parte

processual e integrante do meio ambiente. Segundo Costa e Ceron (2014, p. 4),

Isso exige que a escola realize uma programação onde as responsabilidades possam ser divididas para evitar que as sobreposições dos alunos não se transformem em conflitos com as atividades que a escola desenvolve. De todos os mecanismos do Estado, a escola é o que tem o mais amplo contato contínuo e frequente com os sujeitos destes direitos, daí sua responsabilidade de atuar junto a outros atores da rede de proteção social, o que não representa, nem intenciona mudar o papel da escola e transformá-la em instituição assistencialista, mas sim dar sustentação a seu papel de ator fundamental, mesmo que este não seja exclusivo na realização do direito da criança e do adolescente à educação.

No atual cenário, as escolas são instituições essenciais na difusão de informações que podem transformar ideias e atitudes com relação à familiaridade do ser humano com o meio ambiente. Isso acarreta o surgimento de novas informações que oportuniza uma transformação da realidade no futuro, possibilitando melhores formas de coexistência entre o homem e a natureza.

Considerando isso, a proposta desse trabalho visa analisar a importância da educação ambiental no contexto escolar a fim de demonstrar que o aprendizado dos discentes também pode estar associado à interação das propostas pedagógicas com o desenvolvimento das ações ambientais. Nesse sentido, a realização conjunta das práticas metodológicas pode estimular os alunos a continuar dando importância à EA, além de proporcionar melhorias no seu desenvolvimento cultural e intelectual, uma vez que “a questão ambiental vem sendo considerada cada vez mais urgente e importante para a sociedade, pois o futuro da humanidade depende da relação estabelecida com a natureza e o uso adequado dos seus recursos naturais disponíveis” (Barreto, 2006, p. 75).

Por isso, é necessário que os temas transversais sejam trabalhados nas escolas e que, a partir disso, também sejam desenvolvidos temas relacionados às ações socioambientais. Embora seja um grande desafio, torna-se substancialmente relevante a instrumentalização de metodologias interdisciplinares para abranger e envolver diversos setores da sociedade alicerçado em um trabalho educativo e coletivo, baseando-se nas melhorias do processo de ensino e aprendizagem em consonância com o fortalecimento de atitudes positivistas visando encontrar soluções para construir e potencializar novos padrões de familiaridade entre o ser humano e a natureza.

E como se relaciona educação ambiental com a cidadania? Cidadania tem a ver com a identidade e o pertencimento a uma coletividade. A educação ambiental como formação e exercício de cidadania refere-se a uma nova forma de encarar a relação do homem com a natureza, baseada numa nova ética, que pressupõe outros valores morais e uma forma diferente de ver o mundo e os homens (Jacobi, 2003, p. 198).

Nesse sentido, o estudo a respeito desse tema traz contribuições significativas a todos os envolvidos no contexto educacional, que podem observar com mais relevância o desempenho das ações pedagógicas desenvolvidas no cotidiano da escola, visto que a Constituição Federal de 1988 estabelece, no inciso VI do artigo 225, a necessidade de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (Brasil, 1988).

Além disso, é importante mencionar que o trabalho educativo está subsidiado por documentos que norteiam a Educação Básica, fazendo contribuições e recomendações que influenciam as abordagens da educação ambiental no contexto escola, como a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), implementada após a promulgação da Lei n.º 9.795/99, mencionada anteriormente. Ressalta-se que o trabalho docente e o desenvolvimento do processo pedagógico se tornam fatores fundamentais para as tomadas de decisões em favor da conscientização histórico-social do ser humano, desde que estejam comprometidos com as práticas de ação transformadora. Isso porque sabemos que todas as pessoas são constituídas de muitas competências e conhecimentos que podem contribuir para ações mais respeitadas em relação ao meio ambiente. Nesse sentido, a Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981, artigo 2º diz:

Art. 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

[...]

X – educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente (Brasil, 1981).

Considerando esses princípios, a escola necessita construir alicerces para garantir a todos os membros do meio social uma estrutura de sabedoria e dinamismo crítico sobre os conhecimentos voltados para a EA. Desse modo, ela passa a ser considerada um elemento fundamental na construção e no desenvolvimento de novas atitudes integradas às ações mais participativas e reflexivas, fundamentais na formação da cidadania, pois ser cidadão é agir com responsabilidade diante dos problemas.

Entendemos que, quando as escolas passam a nortear tais questões, os alunos multiplicam informações que vão além dos arredores escolares, fortalecendo uma perspectiva

de união entre o homem e a natureza, e associando inúmeros conhecimentos obtidos a partir de novas opiniões, valores e atitudes estimulado pelo processo educativo. Isso ocorre porque

[...] a Educação Ambiental envolve o entendimento de uma educação cidadã, responsável, crítica, participativa, em que cada sujeito aprende com conhecimentos científicos e com o reconhecimento dos saberes tradicionais, possibilitando a tomada de decisões transformadoras, a partir do meio ambiente natural ou construído no qual as pessoas se integram. A Educação Ambiental avança na construção de uma cidadania responsável voltada para culturas de sustentabilidade socioambiental (Brasil, 2013, p. 535).

De uma determinada perspectiva, também podemos dizer que a EA se trata de uma educação mais objetiva, formal e qualitativa que possibilita a estruturação dos conhecimentos que os alunos já vêm construindo ao longo de sua história. Além disso, a EA se fortalece pelos saberes e pelos conhecimentos já organizados, permitindo com que as pessoas se relacionem com outras bases de conhecimento mais amplas. Desse modo, elas entendem como essas bases emergem e quais são as suas consequências diante das práticas de articulação e desenvolvimento. Na estrutura da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é possível analisar uma série de habilidades, que, “[...] expressam as aprendizagens essenciais que devem ser asseguradas aos alunos nos diferentes contextos escolares” (Brasil, 2018, p. 29).

Diante da realidade atual, torna-se desafiador desenvolver temas relacionados à EA, pois vivenciamos a era do amplo consumismo, fazendo com que as pessoas pouco se interessem por aquilo que é descartado no meio ambiente cotidianamente e que, de alguma forma, causam danos irreversíveis. Nesse caso, é preciso deixar de lado o olhar mecanicista, pois a fragmentação de conhecimento contribui para a quebra de entendimento entre a sociedade e a natureza. Segundo Berna (2005, p. 29-30),

A mudança para uma relação mais harmônica e menos predatória e poluidora com o planeta e as outras espécies depende de todos, mas, especialmente, começa em cada um de nós, individualmente, através de dois movimentos distintos: um para dentro de nós mesmos e de nossa família, com adoção de novos hábitos, comportamentos, atitudes e valores; e outro para a sociedade em torno de nós, buscando a união com outros cidadãos para influir em políticas públicas e empresariais que levem em conta o planeta, a qualidade de vida, a justiça social.

De acordo com o autor, é fundamental que as instituições de ensino assumem o seu papel de formadoras de opiniões e construam mudanças a fim de estabelecer uma relação mais harmônica e menos danosa ao meio ambiente. Além disso, elas devem se integrar a um complexo mais coletivo, como a família e a sociedade, mas, para que isso ocorra, são

necessárias escolas que planejam e desenvolvam projetos de conscientização visando a transformação para uma sociedade mais responsável e sustentável, ou seja, um espaço de integração entre o homem e o meio ambiente. Quanto a isso, Jacobi (2003, p. 192) afirma que:

A postura de dependência e de desresponsabilização da população decorre principalmente da desinformação, da falta de consciência ambiental e de um déficit de práticas comunitárias baseadas na participação e no envolvimento dos cidadãos, que proponham uma nova cultura de direitos baseada na motivação e na co-participação da gestão ambiental.

A EA, por sua vez, possibilita o desenvolvimento do senso crítico e, conseqüentemente, ajuda as pessoas a despertar para uma nova realidade de vivência. Através dela, é possível obter uma gama de conhecimentos capaz de proporcionar a ampliação da autonomia, da criticidade comportamental e da inserção de conhecimento do espaço geográfico do qual todos fazem parte como seres integrantes e agentes de transformação. Ela também promove mudanças de atitudes dos cidadãos, pois passam a agir com criticidade, sendo tolerantes e capazes de integrar o espaço natural de forma assídua e intervindo nos problemas socioambientais.

Quando nos referimos à educação ambiental, situamo-na em contexto mais amplo, o da educação para a cidadania, configurando-a como elemento determinante para a consolidação de sujeitos cidadãos. O desafio do fortalecimento da cidadania para a população como um todo, e não para um grupo restrito, concretiza-se pela possibilidade de cada pessoa ser portadora de direitos e deveres, e de se converter, portanto, em ator co-responsável na defesa da qualidade de vida (Jacobi, 2003, p. 197).

Assim, destaca-se que a interligação de diversos conhecimentos ramifica novos horizontes, fortalece a estrutura comportamental e estabelece condições para dinamizar as formas de agir sobre determinados meios, pois despertar para a construção crítica da consciência é ver o mundo com possibilidades melhores de vivência em uma ação mútua com a natureza.

Desse modo, percebe-se que o meio ambiente está diretamente ligado aos discentes e docentes e que a escola é o ambiente onde todos estão introduzidos em um mesmo espaço que sofre profundas alterações advindas das necessidades dos seres humanos a todo instante. Por isso, é fundamental que os problemas relacionados ao meio ambiente sejam inseridos nas atividades pedagógicas a fim de que os estudantes percebam a importância da sua manutenção e da sua conservação para a inserção de conhecimentos e melhoria na qualidade de vida de todos.

1.2 AMBIENTES ESCOLARES: ESPAÇOS PROMISSORES PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O ambiente escolar funciona como uma estrutura de propagação e inovação de conhecimento em que os indivíduos constroem e reformulam conhecimentos, bem como alinham ações físicas às trocas de experiências para ampliar seus níveis de informações. Conforme Santos e Ribeiro (2020, p. 87), é necessário “[...] estimular situações interdisciplinares, de compreensão dos fenômenos (sócio) ambientais em suas múltiplas dimensões e determinações e de atuação de maneira crítica, criativa, coletiva e transformadora do mundo vivencial das crianças e jovens”. Com isso, compreendem que, por pertencer a todos, o meio ambiente deve ser cuidado para a manutenção dos recursos naturais.

Desse modo, ao elevar o nível de conhecimento em relação à EA, a escola se torna um meio de interação capaz de mudar toda uma realidade. Porém, para que isso ocorra, é necessário que todos os envolvidos sejam estimulados por ações multidisciplinares visando construir maior grau de entendimento sobre as adversidades que atingem diretamente o meio ambiente. A partir dessa perspectiva, a formação dos estudantes e as habilidades propostas e desenvolvidas pelos professores devem proporcionar novas percepções críticas da realidade e, assim, fortalecer a comunidade escolar no desempenho de novas atitudes na construção de valores.

Assis (1994, p. 130) afirma que o papel da escola é “promover o desenvolvimento do indivíduo, tornando-o capaz de enfrentar múltiplas situações”. Assim, observa-se que atualmente as escolas vêm contribuindo com meios que facilitam a interação das pessoas com os conhecimentos que estão ao seu redor, valorizando de maneira mais ativa as experiências que os alunos já possuem para que tenham um bom desempenho. Sobre isso, Santana (2013, p. 25) ressalta que:

[...] a escola, como espaço formal para a Educação Ambiental, precisa considerar seu papel e espaço como educadora de cidadãos, isto é, promover ensinamentos que extrapolem a pedagogia das certezas. Ações e projetos educativos precisam considerar a complexidade do ambiente que nos circunda, possibilitando desenvolver a capacidade dos estudantes de refletir e protagonizar ações responsáveis e solidárias perante a sua realidade.

Por isso, é importante haver o envolvimento integral das escolas juntamente com seu corpo docente para que os conhecimentos sobre a necessidade de preservação e de manutenção de cada espaço ambiental, seja com características completas, seja afetado pelos processos de transformação, estejam mais frequentes em planejamentos, ações didáticas

pedagógicas e atividades. Essas ações despertam o interesse dos discentes sobre a EA e seus conhecimentos.

Assim, ressalta-se que é na escola que se estabelece a relação de aprendizagem dos discentes com contexto mais representativo da EA. Nesse sentido, os indivíduos são mais bem preparados para desenvolver diversas funções dentro da sociedade, melhorando seu modo de agir, pensar e refletir. Desse modo, observa-se que todos os elementos que pertencem à comunidade escolar, principalmente os professores e alunos, são indispensáveis no processo de conscientização dos demais membros da sociedade sobre os problemas socioambientais que estão afetando a qualidade de vida do planeta. Em relação a isso, Pádua (2001, p. 77) diz que:

Aos educadores cabe a responsabilidade de despertar no aprendiz o senso de auto-estima e confiança indispensáveis para que acredite o suficiente em seus potenciais e passe a exercer plenamente sua cidadania. Essa crença em si próprio pode desencadear um maior engajamento e posturas ativas diante dos problemas socioambientais, resultando em processos de mudança.

Portanto, cabe ao educador a função de mediador, proporcionando aos estudantes a autoconfiança e a compreensão de valores que sejam favoráveis ao desenvolvimento pessoal e à resolução dos problemas socioambientais que, direta e/ou indiretamente, interferem na relação entre o homem e o meio social. Isso também está expresso no artigo 5º da Lei n.º 9.795/99 que atribui à EA os seguintes objetivos:

Art. 5º - São objetivos fundamentais da educação ambiental:

I – o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;

II – a garantia de democratização das informações ambientais;

III – o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

IV – o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

[...]

(Brasil, 1999)

Desse modo, observa-se que, caso a EA seja desenvolvida de forma contextualizada, ela pode contribuir para a obtenção de resultados positivos e relevantes em todos os aspectos: ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos. Nesse processo, o educador é quem proporciona aos alunos os elementos que possibilitam o desenvolvimento da criticidade, a aquisição de novas experiências e a participação ativa e

responsável na preservação do meio ambiente. Tudo isso acontece dentro do contexto escolar, pois, segundo, Lopes (2003, p. 105-109),

A dinâmica ensino-aprendizagem constitui-se em uma das relações didáticas mais evidenciadas na situação pedagógica desenvolvida na sala de aula. Tal evidência acontece em virtude de ocorrer no cerne dessa relação o processo de apropriação do conhecimento e elaboração de novos saberes, finalidades básicas da escola. [...] Numa ação consciente de ensinar-aprender, cabe aos professores e alunos vincular o saber escolar a seus determinantes sociais a fim de que o conhecimento científico prevaleça e a objetividade e a universalidade desse saber sejam preservadas.

A partir da aquisição de novos saberes, todos podem observar a forma negativa de como os seres humanos agem dentro do espaço em que estão inseridos, pois, para suprir seus anseios, visam sempre modificar os espaços naturais ao invés de prezar pela vivência harmônica entre o homem e o meio ambiente. Ressalta-se que o crescente indicativo de ocupação de espaços pelo homem é uma das questões ambientais mais relevantes atualmente. Diante disso, espera-se que as instituições educacionais se manifestem não apenas de forma convencional, mas também de forma contínua e funcional, mostrando que elas são agentes indispensáveis para o desenvolvimento da EA, pois integram informações das diversas áreas do conhecimento no processo formal e intelectual das mudanças socioambientais. Além disso, segundo Philippi e Pelicioni (2014, p. 6), “para que a Educação Ambiental se efetive, é preciso que conhecimentos e habilidades sejam incorporados e, principalmente, atitudes sejam formadas a partir de valores éticos e de justiça social, pois são essas atitudes que predisõem à ação”.

A aprendizagem é resultado de uma ação que se desenvolve tanto individual quanto coletivamente quando as instituições escolares criam mecanismos para favorecer o desenvolvimento da relação entre os alunos e suas realidades. Ao possibilitar isso, as instituições fazem com que os alunos adquiram novos conhecimentos e se vejam enquanto coletivo que atua em problemáticas socioambientais, intervindo e dando início a pequenas e grandes mudanças. Esse é um dos objetivos da EA, que visa “[...] formar e preparar cidadãos para a reflexão crítica e para uma ação social corretiva, ou transformadora do sistema, de forma a tornar viável o desenvolvimento integral dos seres humanos” (Philippi; Pelicioni, 2014, p. 3).

No entanto, ressalta-se que, embora a EA tenha um papel de conscientização e sua promoção contribua para o convívio social, ela depende do processo de formação que ocorre dentro de dois contextos: o escolar e o familiar. Atentando-se ao primeiro, observa-se que a

formação escolar demanda de melhorias para possibilitar aos alunos o desempenho de ações individuais e coletivas com mais êxito. Isso beneficia a todos, pois não só contribui para o crescimento pessoal de cada aluno, mas também incentiva a tomada de ações que buscam manter e preservar o meio ambiente, como estabelece a BNCC.

[...] o incentivo à proposição e adoção de alternativas individuais e coletivas, ancoradas na aplicação do conhecimento científico, que concorram para a sustentabilidade socioambiental. Assim, busca-se promover e incentivar uma convivência em maior sintonia com o meio ambiente, por meio do uso inteligente e responsável dos recursos naturais para que estes se recomponham no presente e se mantenham no futuro (Brasil, 2017, p. 279).

Assim, o homem torna-se um ser reflexivo que consegue agir e reagir diante de ações que são impostas a ele. E trabalhar a EA nos ambientes escolares é estimular o aluno a ter senso de responsabilidade para refletir sobre suas atitudes e analisar as melhores formas de conviver com o meio ambiente, prezando sempre pela sua manutenção e preservação. Desse modo, observa-se que as relações sociais envolvem as práticas educativas, que olham para a realidade a partir dos conhecimentos teóricos e práticos relevantes para a EA e para a participação ativa da escola. Segundo Pimenta e Lima (2012, p. 14),

[...] e nesse contexto complexo que se faz necessário ressignificar a identidade do professor. O ensino, atividade característica dele, é uma prática social complexa, carregada de conflitos de valor e que exige posturas éticas e políticas. Ser professor requer saberes e conhecimentos científicos, pedagógicos, educacionais, sensibilidade, indagação teórica e criatividade para encarar as situações ambíguas, incertas, conflituosas e, por vezes, violentas, presentes nos contextos escolares e não escolares. É da natureza da atividade docente proceder à mediação reflexiva e crítica entre as transformações sociais concretas e a formação humana dos alunos, questionando os modos de pensar, sentir, agir e de produzir e distribuir conhecimentos.

Nessa perspectiva, observa-se que a sociedade se torna um referencial para se trabalhar diversas temáticas ambientais, pois nela se destacam assuntos que estão, direta e/ou indiretamente, ligados ao modo de vida de cada estudante. Assim, quando as escolas passam a adotar a sociedade como referencial, elas permitem que os alunos construam suas próprias identidades, dando destaque para as problemáticas sociais, culturais e ambientais.

Dessa forma, nota-se que a melhor maneira de construir um conhecimento coletivamente com os estudantes, principalmente aqueles relacionados às questões ambientais, é priorizando a troca de informações e de experiências que eles já apresentam. Isso permite que os alunos vejam os problemas socioambientais do meio em que vivem a partir de novos saberes. Segundo Loureiro (2019, p. 84), essa politização da EA gera um posicionamento do

indivíduo que “[...] leva a uma postura reflexiva sobre a realidade, à compreensão complexa das responsabilidades e direitos de indivíduos-grupos-classes, a uma prática que atue tanto no cotidiano quanto na organização política para as lutas sociais”.

É através da EA que surgem inúmeras possibilidades para os cidadãos analisar e verificar as melhores maneiras de construir conhecimentos, visando as formas mais articuladas para consolidar suas atitudes com o propósito de fortalecer o desenvolvimento de novas ações que os preparem e os tornem conscientes nas ações de valorização do meio.

Portanto, todos esses conhecimentos e atitudes só podem ser estabelecidos em um ambiente de socialização como a escola, pois trata-se de um espaço integral de convivência envolvendo entre docentes, discentes e demais membros da comunidade escolar que objetivam construir bons hábitos, adotar novos comportamentos e atitudes que incentivam a manutenção e a preservação ambiental.

1.3 COMUNIDADE ESCOLAR: ELEMENTO FUNDAMENTAL NA ASSOCIAÇÃO E DIFUSÃO DE CONHECIMENTOS SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A construção de conhecimento é algo de suma importância na vida de cada cidadão. Porém, fomentar uma base sólida requer um trabalho de planejamento com diversas ramificações, no qual os saberes adquiridos são disseminados amplamente para um resultado positivo.

Desse modo, para que a EA seja disseminada com êxito, o docente necessita atuar junto aos discentes de forma interdisciplinar, visto que os aspectos físicos e socioambientais fazem parte da realidade de todos. Ou seja, deve-se considerar todas as áreas de conhecimento e não apenas as áreas de Biologia e Geografia, pois, como afirma Machado (2000, p. 17), “o confronto de professores que não consentem em abandonar seus objetos e pontos de vista, [...] pode ser a caracterização mais frequente, ainda que simplificada, das tentativas de implementação de ações interdisciplinares, e isso parece claramente insuficiente”.

Ressalta-se que, na escola onde esta pesquisa foi realizada, o corpo docente tem profissionais com formações pedagógicas em diversas áreas de conhecimento, mas que, quando solicitados, trabalham com temáticas ambientais a partir dos conhecimentos adquiridos durante o processo de formação. Entre eles, há um professor com formação em Ciências Biológicas e outro em Geografia. Destaca-se também que os docentes seguem um

panorama de ensino que abrange as demandas de aprendizagem dessa escola, como a leitura, a escrita e a resolução problemas matemáticos, devido às dificuldades de aprendizado apresentadas por um quantitativo expressivo de alunos. Assim, a EA acaba sendo trabalhada em atividades extras.

Com isso, observa-se que o trabalho interdisciplinar se torna fundamental, pois nele há a dissolução de conhecimento e o ensino ocorre de forma progressista. Quando esse trabalho é feito na EA, torna-se mais autêntico e dinâmico, pois há diferentes mecanismos para ofertar o ensino e aprendizagem em relação às questões socioambientais. Portanto, a prática interdisciplinar não se configura apenas em áreas de conhecimento, mas sim na possibilidade de articulação de maneira que “não pode existir sem ela e, mais ainda, alimenta-se dela” (Lenoir, 2001, p. 46). Nesse sentido, segundo Fazenda, (2012a, p. 119), a interdisciplinaridade é considerada como:

uma nova atitude diante da questão do conhecimento, de abertura à compreensão de aspectos ocultos do ato de aprender e dos aparentemente expressos, ou seja, uma nova maneira de olhar as questões de ordem epistemológica, metodológica e axiológica vivenciada pelos professores no seu cotidiano nas escolas, pois a interdisciplinaridade é essencialmente um processo que precisa ser vivido e exercido na sala de aula.

É a partir da interdisciplinaridade, portanto, que a EA precisa ser desenvolvida, configurada e estruturada, visando uma ação conjunta que contribua para a promoção de uma educação ambiental cidadã e emancipadora. Além disso, ela deve ser constituída a partir de um meio físico, social e cultural, no qual os docentes e os discentes consigam compreender e explicar as suas vivências com o meio ambiente que o cercam. Assim, quando o ensino é estruturado na prática interdisciplinar, torna-se possível a formação de alunos com uma visão ampla da realidade, sendo considerados aptos para “articular, religar, contextualizar, situar-se num contexto e, se possível, globalizar, reunir os conhecimentos adquiridos” (Morin, 2002, p. 29).

No entanto, a disseminação das múltiplas aprendizagens referente à EA deve ocorrer conforme o engajamento de todas as áreas de conhecimento, alicerçando uma pirâmide construtiva de conhecimento. Com isso, observa-se a importância de utilizar a multidisciplinaridade, que Fazenda (2012, p. 27) conceitua como “uma justaposição de disciplinas diversas, desprovidas de relação aparente entre elas”, pois, embora haja uma disparidade de envolvimento entre algumas disciplinas e a EA, quando voltadas para o desenvolvimento de temáticas socioambientais, as diferentes disciplinas podem proporcionar

novas possibilidades de aquisição e exploração de conhecimento. Assim, nota-se que o corpo docente, juntamente com todos da comunidade escolar, podem tornar as metodologias de ensino mais inovadoras.

No âmbito escolar, a metodologia de ensino e aprendizagem precisa está fundamentada no ato de reflexão, que vai muito além de uma simples análise voltada para uma ação direcionada a um sujeito. Diante disso, destaca-se que o professor reflexivo deve se envolver em ações mais aprofundadas, buscando conhecer e compreender os valores e os conhecimentos diversos que a comunidade escolar apresenta. Através dessa atitude, o professor consegue dinamizar sua prática de ensino para fins mais desafiadores, tendo um olhar mais avançado e voltado para a realidade dos alunos. Mesmo que a centralidade do ensino esteja atrelada à utilização apenas do livro didático, o processo educativo deriva da sensibilidade, por isso é fundamental “[...] assumir o ensino com mediação: aprendizagem ativa do aluno com a ajuda pedagógica do professor. Atender à diversidade e respeitar as diferenças no contexto da escola e da sala de aula.” (Libâneo, 2000, p. 28-45).

As aproximações entre pais e professores, escola e comunidade possibilitam que a escola evolua progressivamente em suas metodologias de ensino, criando e recriando novas ações metodológicas, além de fortalecer práxis pedagógicas que incentivam os alunos a agir com criticidade, entusiasmo e responsabilidade. Cabe mencionar que “o único entusiasmo justificado é aquele que acompanha a vontade inteligente, a riqueza inventiva em iniciativas concretas que modificam a realidade existente” (Gramsci, 1990, p. 1230).

A aprendizagem decorre tanto de situações oferecidas no ambiente escolar quanto de ações didático-pedagógicas que as escolas desenvolvem. Portanto, é preciso que haja motivação e inserção de temáticas ambientais nos planejamentos realizados pelo corpo docente a fim de que os estudantes possam ser incentivados a adquirir novos saberes e que tenham interesse em externar seu modo de pensar e agir. Além disso, os alunos acabam aprofundando seus conhecimentos sobre as suas realidades e, com isso, integram mais informações, formulam novas concepções e nutrem o interesse de sempre querer aprender mais. De acordo com Sauv  (2005, p. 321),

[...] a educa o ambiental não pode realizar-se senão em um espaço de crítica social, sem entraves. A rela o com o meio ambiente não  , a priori, uma questão de compromisso social, e menos ainda de consenso planetário. A educa o ambiental acompanha e sustenta de início o surgimento e a concretiza o de um projeto de melhora da rela o de cada um com o mundo, cujo significado ela ajuda a construir, em fun o das características de cada contexto em que interv m.

Quando o conhecimento tiver em seu desígnio o engajamento voltado à importância da EA, torna-se necessário um maior envolvimento daqueles que tem o dever de ministrar saberes que estimulam os demais a se envolver ativamente na árdua missão de proteger os espaços socioambientais, que estão a expostos à degradação.

A consolidação do ser cidadão é algo primordial tanto para o indivíduo quanto para a sociedade, pois é através do exercício pleno da cidadania que se constroem todas as propagações dos direitos e deveres. Nesse sentido,

Quando nos referimos à educação ambiental, situamo-na em contexto mais amplo, o da educação para a cidadania, configurando-a como elemento determinante para a consolidação de sujeitos cidadãos. O desafio do fortalecimento da cidadania para a população como um todo, e não para um grupo restrito, concretiza-se pela possibilidade de cada pessoa ser portadora de direitos e deveres, e de se converter, portanto, em ator co-responsável na defesa da qualidade de vida. (JACOBI, 2003, p. 197).

No entanto, essa missão de transmitir conhecimentos e conscientizar docentes e discentes deve se iniciar em casa, através das vivências no seio familiar articulada ao campo de visão e de experiências adquiridas com interações diárias com situações da realidade. Posteriormente, esses conhecimentos devem ser estruturados nas instituições escolares, pois é nesses espaços que os conhecimentos se estruturam e se solidificam, a partir da articulação entre os saberes científicos e as experiências individuais. Segundo Jacobi (2003, p. 191), “o educador tem a função de mediador na construção de referenciais ambientais e deve saber usá-los como instrumentos para o desenvolvimento de uma prática social centrada no conceito da natureza”.

Nesse sentido, cabe às escolas articular, planejar e desenvolver projetos interdisciplinares que envolvam todos os integrantes da comunidade escolar, principalmente os discentes e seus familiares, a fim de disseminar amplamente para a sociedade os conhecimentos apresentados dentro das instituições de ensino. Portanto, formar o aluno num cidadão consciente de seus direitos e deveres não é apenas uma atribuição da escola, mas sim um fortalecimento de entre professores e alunos, escola e sociedade, como afirma Rodrigues (2011, p. 3):

Escola e família são instituições sociais muito presentes na vida escolar do aluno, de forma que só se pode pensar em sucesso educativo se pensarmos também em trabalho conjunto. Este tem sido um dos desafios da educação. Educar é sem dúvida um papel que recai sobre a família e a escola. Por isso, quanto mais estreita for essa relação, melhor será o resultado. Pais e professores têm objetivos comuns e precisam ser o mais cordiais, coerentes e responsáveis nesse processo.

Atualmente, a sociedade vive um período de consumismo intenso, gerando cotidianamente o descarte inadequado e excessivo de resíduos sólidos. Isso ocasiona danos tanto na esfera social quanto ambiental, pois, observa-se que, em período curto, o aglomerado de materiais descartados vai degradando diversos espaços. Tendo em vista isso, as escolas precisam trabalhar coletivamente com seus integrantes em projetos que buscam possíveis soluções para amenizar a degradação desses espaços e preservar aqueles que ainda não sofreram com o efeito do consumismo.

Segundo Santos e Toniosso (2014, p. 127-128),

Na perspectiva educacional, a família desempenha uma função importante na educação formal e informal. A instituição família, bem como a instituição escolar, são ferramentas primordiais no desenvolvimento social, emocional, cultural e cognitivo do indivíduo, ao mesmo tempo em que são transmissoras do conhecimento e dos valores éticos culturais.

Considerando isso, nota-se que existem inúmeras de possibilidades de projetos que podem ser pensados, planejados e desenvolvidos pelos professores juntamente com os familiares dos alunos. Essa ação compartilhada é de suma importância na mediação e na construção de conhecimentos, que devem estar relacionados às experiências entre o meio social e o escolar. A partir disso, os alunos têm acesso a multiplicidade de cultural e de modos de interações entres os espaços e culturais e o meio ambiente.

A escola é o lugar social da educação. Esta é uma ideia correta, mas não inteiramente. A educação que vivemos na escola (...) é uma fração importante de nosso aprendizado, mas não a única. A educação escolar é um momento de um processo múltiplo, de vários rostos e vivido entre diferentes momentos (Kaplan; Loureiro, 2011, p. 85).

Partindo dessa perspectiva, a educação constrói novos alicerces de saberes que são anexados a outras realidades como forma de conscientização através do princípio de familiaridade. Assim, diante do contextual atual, em que a intolerância procura sempre superar o princípio da racionalidade, “a questão ambiental vem sendo considerada cada vez mais urgente e importante para a sociedade, pois o futuro da humanidade depende da relação estabelecida com a natureza e o uso adequado dos seus recursos naturais disponíveis” (Barreto, 2006, p.75).

É necessário haver mudanças de comportamentos e atitudes para que os fatos sejam encarados com firmeza integridade. Para isso, as famílias e os demais integrantes da

comunidade precisam entender que são elementos fundamentais nesse processo e que devem se envolver cotidianamente com a escola, trocando experiências e fortalecendo o processo de ensino e aprendizagem. Segundo Oliveira (2005, p. 47), “a escola e seus professores não têm o poder de mudar a sociedade, mas podem contribuir muito, principalmente no que se refere à apropriação do conhecimento, tendo como principal função para a transformação social a de socializar o conhecimento”.

Desse modo, a escola deve buscar alternativas para que todos possam contribuir com iniciativas inovadoras e, ao passo que evidencia as dificuldades existentes, precisa também mostrar as inúmeras possibilidades para cuidar do meio ambiente que o cerca. Nesse sentido, o entendimento sobre a importância do meio ambiente mostra que a sua manutenção está intimamente ligada à melhoria da qualidade de vida da população. De modo geral, “a relação entre meio ambiente e educação para a cidadania assume um papel cada vez mais desafiador, demandando a emergência de novos saberes para apreender processos sociais que se complexificam e riscos ambientais que se intensificam” (Jacobi, 2003, p. 196).

A aprendizagem pode ser definida como mudanças instintivas que as pessoas adquirem à medida em que vão evoluindo em seu processo de crescimento, isto é, a ato de aprender está inteiramente ligado ao progresso de variações pessoais e sociais. Logo, a aprendizagem promove modificações em comportamento pessoais, pois, ao aprender algo com certo grau de relevância, as pessoas modificam seus comportamentos significativamente, mesmo que não possa ser percebido imediatamente. Como exemplo disso, Dias (2004, p. 14) diz que “um processo de formação e informação orientado para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais, e de atividades que levem à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental”.

O hábito de aprender está inteiramente ligado às diversas experiências que os discentes vivenciam, passando por mudanças consecutivas e constantes que, em alguns casos, não são imediatas. E a fase inicial dessas mudanças é concebida pelos pais que ensinam as primeiras atribuições de conhecimento e de comportamento, algo que possivelmente a maioria das pessoas vivenciam dentro de suas realidades.

Diante desse contexto, a família é um dos fatores fundamentais para que os alunos aprendam novas percepções sobre o atual cenário em que estão inseridos, tendo o incentivo dos pais para tomar boas atitudes. Quanto a isso, Donati (2008, p. 217) destaca que:

Na família, como expressa o sociólogo Donati, “os sujeitos civis desempenham função pública na base do próprio estatuto sociológico, sob a única condição de que este estatuto persiga o bem comum e respeite os princípios fundamentais de uma

democracia substancial” (Donati, 2008, p. 217).

Apesar disso, é necessário ressaltar que o desenvolvimento moral das crianças ocorre na escola, pois é nesse espaço que elas adquirem conhecimentos sobre a importância da organização do contexto social e existencial do qual fazem parte. Desse modo, observa-se a importância da integração entre família e escola e, a partir disso, a compreensão dos educadores de que os valores familiares podem contribuir para os preenchimentos disciplinares, além de auxiliar na criação de novas possibilidades para a construção de conhecimentos. Isso porque a família deve ser a instância formadora e promotora de cidadania, como dispõe o artigo 227 da Constituição Federal (CF):

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

As instituições escolares precisam se mobilizar para inserir as questões socioculturais e ambientais no cotidiano pedagógico e para desenvolver ações que valorizam a participação familiar no ambiente escolar. Nessas ações, as famílias devem trazer suas experiências e suas bagagens de conhecimentos obtidas fora do contexto escolar, constituídas a partir das suas realidades sociais e ambientais. Para isso, é preciso que os educadores compartilhem com os pais outros conhecimentos que podem beneficiar o crescimento de seus filhos. Assim, através desse elo entre família e escola, pode-se estabelecer um vínculo afetivo entre o conhecimento científico e a experiência individual dos alunos, como afirma Luck (2013, p. 64):

no campo científico, a interdisciplinaridade atua tentando redirecionar e/ou solucionar os problemas, tais como: organizar o conhecimento construído, ampliar e estimular a busca de novos conhecimentos. No entanto, no campo educacional busca a qualidade do ensino e da superação da fragmentação dos conhecimentos, através do diálogo e a interação entre as disciplinas curriculares, bem como a melhoria da qualidade de ensino e, conseqüentemente, da qualidade de vida.

Desse modo, compreender a estrutura, a cultura e as experiências que o aluno adquire no seu ambiente de interação, fortalece no surgimento de novos requisitos para direcionar a ele a compreensão da importância do meio ambiente. Destaca-se ainda que a família, com suas várias configurações e formas de organização, desempenha um importante papel para a conservação do meio ambiente, uma vez que é a instituição onde primeiramente são passados

valores que ajudam a formar, junto com outras instituições, a personalidade e a identidade dos indivíduos. Nesse contexto, Santos (2014, p. 22) explana que:

Quando se pensa em educação, primeiramente são enfatizadas propostas educacionais voltadas para uma educação séria, responsável e com propósitos voltados à participação da família, pois sabe-se que por melhor que seja uma escola e por mais preparados que sejam sua equipe pedagógica, haverão falhas. Devido a isso é necessário à participação efetiva e constante da família no processo de aprendizagem da criança.

Quando os discentes apresentam dificuldades em relação à aprendizagem de temáticas sociais e ambientais, é fundamental que os docentes, no planejamento de suas ações propostas, estimulem o desenvolvimento de suas capacidades. Com isso, os alunos podem progredir, adquirindo ideias e valores dentro do universo de informações associadas às diversas temáticas que, de certa forma, estão presentes ao seu redor todos os dias. Além disso, espera-se que isso faça parte de um processo de aprendizagem que valoriza diferentes formas de aprender e que pode ser desenvolvido em diferentes lugares.

Segundo Pimenta e Lima(2012, p. 14),

É nesse contexto complexo que se faz necessário ressignificar a identidade do professor. O ensino, atividade característica dele, é uma prática social complexa, carregada de conflitos de valor e que exige posturas éticas e políticas. Ser professor requer saberes e conhecimentos científicos, pedagógicos, educacionais, sensibilidade, indagação teórica e criatividade para encarar as situações ambíguas, incertas, conflituosas e, por vezes, violentas, presentes nos contextos escolares e não escolares. É da natureza da atividade docente proceder à mediação reflexiva e crítica entre as transformações sociais concretas e a formação humana dos alunos, questionando os modos de pensar, sentir, agir e de produzir e distribuir conhecimentos.

Portanto, mesmo a escola sendo concebida como o estabelecimento de ensino onde se ministra o ensino diversificado, formal e coletivo, ela também é o ambiente onde os professores realizam atividades didático-pedagógicas visando o aprimoramento de conhecimentos que os discentes já possuem e de outros que estão diretamente ligados ao seu contexto social em que estão inseridos. Sendo assim, observa-se que a inclusão da EA no contexto didático pedagógico ajuda na construção de cidadãos críticos, conscientes e dispostos a atuar diante dos problemas socioambientais pertinentes a sua realidade. Neste sentido,

A Educação Ambiental é uma das possíveis ferramentas de capacitação e sensibilização da população em geral sobre os problemas ambientais. Com ela, busca-se desenvolver meios que facilitem o processo de tomada de consciência sobre a gravidade dos problemas ambientais e a necessidade urgente de nos

debruçarmos seriamente sobre eles. Percebemos que a Educação Ambiental é dever de uma série de agentes. Ainda assim destacamos o papel fundamental da **Escola** nesse processo, entendendo-a como um espaço de formação cidadã (Pinho, 2014, p. 21, grifo do autor).

Assim, ressalta-se que a EA só pode ser desenvolvida a partir de uma decisão coletiva. Nesse caso, as instituições escolares são lugares que, por intermédio de educadores, procuram desenvolver atividades de ação educacional para que as crianças possam obter resultados que mostrem a importância de seu trabalho como elemento facilitador da mobilização de saberes e conhecimentos. Em contrapartida, segundo Aranha (1996, p. 26), é essencial que

Todos os alunos sem distinção sejam iniciados na compreensão dos fundamentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo contemporâneo e que saibam avaliar criticamente os fins a que se destina o trabalho bem como as consequências dele decorrentes.

Assim, observa-se que o desafio da escola é proporcionar aos alunos um ensino promissor para que auxilie na assimilação de valores socioambientais que sejam realmente apropriados à dignidade das pessoas. Isso se faz necessário, pois o objetivo é incentivar os alunos a ter virtudes reflexivas como intelectuais capazes de agir com a criticidade frente às questões impostas diariamente em suas vidas sociais. Para tanto, é fundamental levar em consideração o contexto social, econômico, cultural e ambiental no qual a escola está inserida, pois essas diversidades de condições que a sociedade apresenta e que o aluno vivencia, torna-se fruto de uma realidade que a todo instante passa por modificações que, de uma forma ou outra, interfere no modo de vida dos estudantes.

Portanto, pensar em aprendizagem diversificada é entender que ela pode ser desenvolvida a partir de propósitos significativos, que só serão concretizados se os discentes tiverem orientadores que os ajudem não só a dominar os diversos tipos de conhecimentos, mas também a usá-los corretamente. Por isso, é importante que a escola tenha relação com os demais integrantes da sociedade a fim de integrá-los em seu contexto e de, conseqüentemente, garantir uma educação íntegra, ambientalmente sofisticada e propensa a desenvolver aprendizagens significativas que contribuam para a formação dos discentes. Ou seja, o desafio da escola é proporcionar metodologias de ensino que auxiliem os seus discentes na compreensão da realidade e na aquisição de valores embasados em ações crítico-reflexivas diante das problemáticas socioambientais existentes.

2 AÇÕES METODOLÓGICAS

O delineamento da pesquisa tem como base o estudo de caso que, segundo Yin (2005, p. 32), “[...] é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e contexto não estão claramente definidos”. O autor também afirma que a essência deste método é a tentativa de esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões: por que foram tomadas, como foram implementadas e quais os resultados alcançados. Desse modo, o método é considerado adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real e utiliza múltiplas fontes de evidências.

Quanto à abordagem dessa pesquisa, utilizou-se a pesquisa qualitativa, compreendida aqui como um conjunto de diferentes técnicas que permite, através da indução, perceber uma vasta compreensão mais qualitativa da problemática. Essa escolha se deu porque, segundo Marconi e Lakatos (2001, p. 106), “a aproximação dos fenômenos caminha para planos cada vez mais abrangentes, indo das contestações às particularidades, às leis e teorias (conexão ascendentes)”. Além disso, “essa perspectiva nos permite evitar a utopia da consciência que entende “solucionar” o conflito entre a pedagogia idealista e a pedagogia da existência através

da formação da consciência” (Gadotti, 2001, p. 158).

Como procedimento metodológico, adotou-se a análise documental, pois “os documentos constituem também uma fonte poderosa de onde pode ser retirada evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador” (Lüdke; André, 1986, p. 39). Entre as fontes primárias, destacam-se: dados históricos, bibliográficos e estatísticos; informações, pesquisas e material cartográfico; arquivos oficiais e particulares; registros em geral; documentação pessoal (diários, memórias, autobiografias), correspondência pública ou privada.

Também se utilizou fontes secundárias, pois proporcionam uma gama maior de informações já disponibilizadas dentro de um contexto mais organizado. De acordo com Chizzotti (1991, p. 109), elas são caracterizadas como

“[...] qualquer informação sob a forma de textos, imagens, sons, sinais etc., contida em um suporte material (papel, madeira, tecido, pedra), fixados por técnicas especiais como impressão, gravação, pintura, incrustação etc. Quaisquer informações orais (diálogo, exposições, aula, reportagens faladas) tornam-se documentos quando transcritas em suporte material”.

Esta pesquisa se desenvolveu em uma escola da área periférica do município de Novo Aripuanã – AM, que atende alunos do 1º ao 5º ano Ensino Fundamental I, do 6º ano Ensino Fundamental II e, no contraturno escolar, alunos do Programa Mais Educação. Para isso, realizou-se um diagnóstico da escola escolhida para o estudo bem, além da verificação dos seguintes documentos: Projeto Político Pedagógico (PPP), Projetos interdisciplinares desenvolvidos na escola, Planos de Ações, Planejamentos Diários, Proposta Curricular de Ensino e Avaliações produzidas cotidianamente.

Os dados catalogados e diagnosticados foram verificados a partir da análise de conteúdo que, segundo Bardin, (1977, p. 42), define-se como

“[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Ressalta-se que todas as informações mencionadas neste trabalho foram tratadas com seriedade e pautadas no uso da ética para que não ocorra qualquer tipo de ação danosa que venha a desqualificar os agentes participantes desta pesquisa.

2.1 DIAGNÓSTICO DA ESCOLA

A educação, fenômeno social e universal, é considerada uma atividade humana necessária ao exercício da cidadania. Isso implica que cada grupo da sociedade tem como obrigação cuidar da formação e do desenvolvimento do homem que dela participa, além de prepará-lo para uma vida ativa, participativa e transformadora nas mais variadas instâncias sociais.

Destaca-se que a prática educativa, além de ser uma exigência da vida pessoal e social, também é elemento fundamental no provimento de conhecimentos culturais aos indivíduos, permitindo-lhes uma atuação operante no meio em que vivem. Isso também incentiva a busca de transformação, devido às necessidades sociais, políticas, econômicas e culturais. O conhecimento, portanto, está inteiramente ligado às aprendizagens que o ser humano vivencia cotidianamente em diferentes ambientes.

No entanto, a forma com que isso acontece pode ser caracterizada pela influência que o meio exerce sobre o homem, que assimila, constrói e reconstrói conhecimentos, criando mecanismos advindos dessa interação que as instituições escolares estabelecem entre o corpo docente e o discente. Essa interação tem uma relação cada vez mais ativa e transformadora com o contexto em que todos estão inseridos. Nesse sentido, o diagnóstico da escola evidencia algumas informações pontuais, como contexto histórico e análises de aspecto estrutural.

2.2 CONTEXTO HISTÓRICO

A Escola Estadual Francisco de Sá teve sua construção iniciada na gestão do Senhor Prefeito David Gonçalves Gatenha e foi concluída em 1969, na administração do Senhor Prefeito Sebastião Duarte Alecrim. Seu nome é uma homenagem a um dos primeiros educadores do município de Novo Aripuanã – AM, que já havia falecido na época. Chico Sá, como era conhecido, era filho de português e pai de 7 (sete) filhos, sendo 4 (quatro) mulheres e 3 (três) homens. Devido a sua instrução educacional, foi indicado pela professora Pergentina Mittouzo para lhe substituir numa sala multisseriada composta por cerca de 60 (sessenta) alunos no ano de 1944. Na época, a professora Mittouzo precisou viajar por motivos particulares e não voltou mais. Com isso, ele permaneceu ministrando aulas até meados de 1956, quando viajou para Manaus por motivo de doença e não retornou. Segundo os registros

de idosos dessa época, o professor Chico Sá ia até a casa dos alunos para ensiná-los. Podemos dizer, portanto, que a escola recebeu o nome de um homem que deixou sua marca na história da educação no município.

Em 1960, concluiu-se somente uma parte da escola, que contava com apenas 4 (quatro) salas destinadas as turmas da 1ª à 4ª série. Já em 1969, com o término de sua construção, houve a inauguração da escola, no dia 18 de fevereiro, e ela passou a ter 8 (oito) salas de aula. A primeira gestora foi Leonildes Gomes de Carvalho, que atuou de 1961 a 1970. No ano de 1970, a escola começou a funcionar o ginásio - Curso Ginásial da 5ª à 8ª série.

Com a promulgação do Decreto Governamental n.º 2.064, de 9 de março de 1971, a escola passou a chamar-se Unidade Educacional de Novo Aripuanã (UENA). E depois de outro Decreto Governamental, o de n.º 4.870, de 24 de março de 1980, a escola passou a ser denominada Escola de 2º Grau, de 1980 a 1988, com o Curso Agropecuário. Ela teve seu nome alterado pela última vez após o Decreto Governamental n.º 2.137, de 21 de junho de 1989, em que passou a ser referida como Escola Municipal Tarso Dutra. Além disso, a escola aumentou seu número de sala, passando de 8 (oito) para 10 (dez) salas de aula.

Em sua dimensão, confronta-se lado esquerdo com a Rua Getúlio Vargas, lado direito com a Rua Álvaro Maia, fundo com a Rua Joaquim Andrade e frente com a Avenida 19 de Dezembro, totalizando um terreno de 3.973 m² com 1.845 m² área construída.

Imagem 1 – Identificação da escola



Fonte: Arquivo do pesquisador. 2023.

Este estabelecimento de ensino funciona em um prédio de alvenaria, contendo em sua estrutura física as seguintes dependências: 10 (dez) salas de aula, diretoria, secretaria, cozinha, sala dos professores, depósito de merenda escolar, banheiros masculino e feminino, poço artesiano, quadra de esportes, além de um pátio amplo que funciona como refeitório.

Imagem 2 – Quadra esportiva



Fonte: Arquivo do pesquisador. 2023.

Imagem 3 – Refeitório



Fonte: Arquivo do pesquisador. 2023.

Imagem 4 – Sala dos professores



Fonte: Arquivo do pesquisador. 2023.

Como características sociais, culturais e físicas da comunidade em torno, a escola tem uma vizinhança praticamente residencial, servida de comércio nas proximidades, como: padaria, açougue, frutaria, armazém, bares e lanchonetes. Ela também está próxima ao centro comercial, às agências de banco, aos postos de saúde e de quase todos os bairros da cidade. Isso contribui para que pessoas de diferentes localidades da cidade tenham acesso a essa escola, principalmente moradores de comunidades rurais e de municípios vizinhos.

Imagem 5 – Visão aérea da escola



Fonte: Disponível em: <https://encurtador.com.br/amDTY>. Acesso em: 20 dez. 2023.

A Avenida 19 de Dezembro, onde a escola está situada, é larga e movimentada, oferecendo perigo constante aos alunos, principalmente nos horários de entrada e saída.

A área onde a escola está localizada é urbanizada conta com sistema de água tratada, rede de esgoto, coleta de lixo e energia elétrica. Seu público são alunos provenientes de diversos bairros da cidade e alunos residentes nas comunidades em torno de Novo Aripuanã – AM. Esses alunos pertencem a classes socioeconômicas diversificadas e trazem para a escola uma educação moral, religiosa e cultural diferenciada.

Como meios de informação, a maioria dos alunos tem acesso apenas a livros didáticos-pedagógicos, televisão, rádio e celular. Este último passou a ser utilizado com maior frequência durante a pandemia do COVID-19 (SARS-CoV-2), pois houve a necessidade de se comunicar através de grupos de *WhatsApp*.

3 O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO ESCOLAR A PARTIR DA ANÁLISE DE DOCUMENTOS

As instituições escolares são ambientes que, por intermédio dos educadores, procuram proporcionar aos estudantes conhecimentos essenciais em suas atividades de ações pedagógicas. Dessa forma, a escola auxilia na elaboração de mecanismos para que todos os alunos possam evoluir espontaneamente, adotando iniciativas e atitude pautadas nos conhecimentos obtidos ao longo do processo de ensino e aprendizagem.

O desafio da escola é desenvolver ações pedagógicas que proporcionem aos estudantes a compreensão de valores favoráveis ao desenvolvimento da dignidade de cada um. No entanto, para que isso ocorra, é necessário que o conhecimento adquirido tenha o objetivo de conduzir os estudantes a agir com criticidade e autonomia frente à sociedade.

Por se tratar de uma pesquisa documental, a seleção dos documentos priorizou aqueles que norteiam o desenvolvimento educacional e que estão diretamente ligados à estrutura de ensino e aprendizagem realizada cotidianamente na escola.

Nesse sentido, ressalta-se que, para se ter uma aprendizagem mais eficaz, dinâmica e significativa, a escola deve subsidiar o desenvolvimento de suas ações em documentos como: projetos interdisciplinares, proposta curricular de ensino, projeto político pedagógico, planos de ações, planejamentos diários e avaliações cotidianas. A partir desses documentos, o ato de ensinar e aprender terá maiores possibilidades significativas, considerando a relevância de cada, como se destaca a seguir.

3.1 PROJETOS INTERDISCIPLINARES DESENVOLVIDOS NA ESCOLA

Os projetos interdisciplinares são instrumentos que ajudam na construção de conhecimentos sobre diversos conteúdos, como a EA. Este recurso torna-se bastante eficaz, pois ramifica informações em conjunto com outras disciplinas e, conseqüentemente, atinge todos os estudantes nas diferentes modalidades de ensino.

De toda forma, convém não esquecer que, para que haja interdisciplinaridade, é preciso que haja disciplinas. As propostas interdisciplinares surgem e desenvolvem-se apoiando-se nas disciplinas; a própria riqueza da interdisciplinaridade depende do grau de desenvolvimento atingido pelas disciplinas e estas, por sua vez, serão afetadas positivamente pelos seus contatos e colaborações interdisciplinares (Santomé, 1998, p. 61).

Nesse sentido, destaca-se que a utilização da interdisciplinaridade de conteúdos no ato da transmissão e obtenção de conhecimentos, ajuda a instituição escolar a realizar ações inovadoras subsidiadas a procedimentos cada vez mais dinâmicos, eficazes e articulados ao contexto social de cada estudante. Isto é, “uma relação de reciprocidade, de mutualidade, que pressupõe uma atitude diferente a ser assumida frente ao problema de conhecimento, ou seja, é a substituição de uma concepção fragmentária para unitária do ser humano” (Fazenda, 2011, p. 10-11).

Segundo Machado (2000, p. 117),

O interdisciplinar de que tanto se fala não está em confrontar disciplinas já constituídas das quais, na realidade, nenhuma consente em abandonar-se. Para se fazer interdisciplinaridade, não basta tomar um “assunto” (um tema) e convocar em torno duas ou três ciências. A interdisciplinaridade consiste em um objeto novo que não pertença a ninguém.

Porém, torna-se fundamental que as escolas desenvolvam estes instrumentos no planejamento de suas atividades práticas para constituir um conhecimento integrado tanto na teoria das áreas de conhecimento propostas pela estrutura curricular quanto na prática social. Isso deve ocorrer, pois, como destaca Tardif (2011, p. 15) “[...] um saber é sempre ligado a uma situação de trabalho com outros (alunos, colegas, pais etc.), um saber ancorado numa tarefa complexa (ensinar), situado num espaço de trabalho (a sala de aula, a escola), enraizado numa instituição e numa sociedade”.

No entanto, observa-se que mesmo aquela escola que desenvolve o trabalho interdisciplinar encontra entraves para a sua inserção, sobretudo quando o objetivo da ação visa abordar temáticas como a EA. Isso porque o professor deve seguir um planejamento em sala de aula que considera o rendimento dos discentes. Desse modo, caso os alunos não tenham um bom rendimento, o professor não consegue avançar os conteúdos como esperado, impedindo que as temáticas socioambientais, por exemplo, sejam mais frequentes. Somado a isso, nota-se a falta de incentivo e de auxílio de materiais, dificultando a realização de atividades lúdicas.

Dentre outras dificuldades, destaca-se também a existência de um planejamento prévio de assuntos a serem seguidos pelo professor em sala de aula, dificultando a programação de outras atividades. Além disso, o pouco tempo também é um fator determinante, visto que os

docentes devem sempre priorizar conteúdos que visam o desempenho da leitura, da escrita e dos conhecimentos matemáticos.

Portanto, o despertar para o conhecimento necessita da junção de uma série de fatores que devem ser trabalhados de forma integrada. Entende-se que, assim como as outras áreas de conhecimento, a EA também tem seu grau de importância, visto que essa temática mostra a realidade na qual estamos inseridos, considerando o contexto escolar e social. Com isso, os projetos interdisciplinares são a forma mais acessível de dinamizar com os estudantes esses conhecimentos.

3.2 PROPOSTA CURRICULAR DE ENSINO

A Proposta Curricular é um documento de fundamental importância que, em sua estrutura organizacional, prioriza a melhoria da qualidade do ensino, subsidiadas por ações pedagógicas motivadoras, envolvendo professores e demais profissionais na busca pela transformação do ambiente escolar fundamentado pelo trabalho em grupo, pelo estímulo a criatividade e pela possibilidade de convivência mais articulada entre professores e alunos.

Em seu contexto, a proposta engloba um conjunto de pressupostos básicos para o desenvolvimento da formação humana, da socialização, da aprendizagem e da construção do conhecimento. Diante desse desafio, cabem às instituições de ensino o compromisso de mediar o conhecimento formal embasado nos aspectos de vivências dos alunos e, através dos conteúdos e atividades propostas, permitir uma formação contínua voltada para o pleno exercício da cidadania.

Contudo, a referida proposta curricular se estrutura em fundamentos reflexivos sobre o processo de ensino-aprendizagem, articulando cada uma das disciplinas aos princípios pedagógicos de identidade, diversidade, autonomia, interdisciplinaridade e contextualização, tendo neste processo o professor e o aluno como agentes propulsores de evolução.

Destacam-se ainda, como requisitos básicos do processo de formação diante do ensino e aprendizagem, o envolvimento existente entre os seres humanos, que serve como incentivo para que ocorra a construção de conhecimentos de forma dinâmica; e o ato de aprender, que decorre plenamente de uma ação de necessidade imposta pelo meio social do qual todos fazem parte.

Além disso, a proposta curricular de ensino enfatiza a escola como instituição capaz de desenvolver com intenso comprometimento a educação formal em função dos aspectos

sociais decorridos do meio à qual o aluno se insere, sendo parte integrante capaz de agir com criticidade decorrentes aos problemas inerentes a sua realidade. Nesse sentido, a escola tem o papel primordial em desenvolver recursos diversos para fornecer conhecimentos aos alunos, contribuindo para a formação social e cidadã de cada um, ou seja, eles se tornam pessoas plenas, ativas e participativas.

Para isso, a estrutura funcional da proposta curricular dá ênfase à propagação de projetos interdisciplinares. Neles, os docentes devem trabalhar juntamente com o corpo docente em metodologias de ensino que estejam voltadas à construção de conhecimentos ligados ao panorama social. Isso possibilita aos alunos analisar com criticidade as transformações existentes na sociedade. Desse modo, os projetos interdisciplinares são metodologias desafiadoras cujo propósito é trabalhar com diferentes conteúdos em diferentes escalas de conhecimentos, tornando-se instrumento fundamental no compartilhamento de conhecimentos e na aquisição de novas descobertas.

Assim, cabe ao professor projetar diferentes possibilidades de ensinar que o permitem planejar e replanejar seu trabalho com foco na realidade apresentada pelos alunos. Considerando isso, vale destacar que o ensino e o aprendizado são construídos em coletividade e as temáticas, independentes das disciplinas que estão mais relacionadas, devem ser trabalhadas como um misto de conhecimento indissociável.

3.3 PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Entende-se como Projeto Político Pedagógico (PPP) o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a serem desenvolvidos na escola, expressando as exigências legais do sistema, bem como as necessidades, propósitos e expectativas da comunidade escolar.

É preciso entender o Projeto Político Pedagógico da escola como um situar-se num horizonte de possibilidades na caminhada, no cotidiano, imprimindo uma direção que se deriva de respostas a um feixe de indagações tais como: que educação se quer e que tipo de cidadão se deseja, para que projeto de sociedade? A direção fará ao entender e propor uma organização que se funda no entendimento compartilhado dos professores, alunos e demais interessados na educação (Gadotti; Romão, 1997, p. 32).

Diante desse cenário, cabe destacar que as temáticas ambientais têm grande relevância para desenvolvimento das pessoas. Além disso, caso a escola inclua essas temáticas em seu

Projeto Político Pedagógico (PPP) e nos planos de ações, serão necessárias estratégias diversas e inovadoras para que seu corpo docente possa trabalhá-las de forma contextualizada junto aos discentes. Isso, de certa forma, contribui com o processo e a formação crítica dos alunos em relação às problemáticas ambientais inerentes ao meio social do qual todos fazem parte e, conseqüentemente, ajuda na evolução de cada estudante. Segundo Segura (2001, p. 165),

Quando a gente fala em educação ambiental pode viajar em muitas coisas, mais a primeira coisa que se passa na cabeça ser humano é o meio ambiente. Ele não é só o meio ambiente físico, quer dizer, o ar, a terra, a água, o solo. É também o ambiente que a gente vive – a escola, a casa, o bairro, a cidade. É o planeta de modo geral. (...) não adianta nada a gente explicar o que é efeito estufa; problemas no buraco da camada de ozônio sem antes os alunos, as pessoas perceberem a importância e a ligação que se tem com o meio ambiente, no geral, no todo e que faz parte deles. A conscientização é muito importante e isso tem a ver com a educação no sentido mais amplo da palavra. (...) conhecimento em termos de consciência (...) A gente só pode primeiro conhecer para depois aprender amar, principalmente, de respeitar o ambiente.

Portanto, tendo a escola a função de formar o aluno um cidadão de bom caráter, observa-se que o ensino sobre EA é de suma importância, pois, ao ensinar questões socioambientais, o resultado será a ampliação do conceito de sustentabilidade ao cidadão. Aliado a esse conceito, é importante ressaltar para o aluno que a natureza é um bem a ser preservado.

No entanto, após realizar uma análise minuciosa no projeto político pedagógico da escola pesquisada, observou-se que ele mostra de forma muito simplificada a importância da EA como temática propulsora de desenvolvimento humano. Desse modo, compreende-se que este estabelecimento de ensino busca instruir seus alunos somente a partir das disciplinas obrigatórias trabalhadas diariamente, enfatizando somente os aspectos de leitura, escrita e conhecimentos matemáticos.

Apesar disso, enfatiza-se que a EA, quando associada a outras disciplinas ou trabalhada separadamente, pode despertar no discente a consciência de preservação e de cidadania. E, diante disso, o aluno passa a entender desde cedo que precisa cuidar e preservar, pois o futuro depende do equilíbrio entre o homem e a natureza, isto é, do uso racional dos recursos naturais.

3.4 PLANOS DE AÇÕES

Assim como os projetos escolares, os planos de ações também são outros recursos que podem auxiliar os professores na dispersão de conhecimentos. No entanto, os planos precisam, de uma forma mais significativa, atentar-se para a realidade que os alunos vivenciam para poder desenvolver-se criticamente. Isso significa planejar e desenvolver ações que levem os discentes a perceber a sua necessidade de evolução associado ao contexto escolar e histórico social. Nesse sentido, os planos de ações tornam-se “[...] uma tarefa multidisciplinar que tem por objeto a organização de um sistema de relações lógicas e psicológicas dentro de um ou vários campos do conhecimento, de tal modo que se favoreça ao máximo o processo ensino-aprendizagem” (Moreira, 1998, p. 29).

A busca pelo desenvolvimento significativo do conhecimento exige que as escolas realizem diversas possibilidades de aprendizagens para que os estudantes possam alcançar a sua autorrealização como futuros aprendizes e, ao mesmo tempo, despertem para um olhar de criticidade frente ao mundo de conhecimentos. A educação escolar é, portanto, um processo contínuo que precisa ser construído e reconstruído a fim de que ocorra a diversificação de saberes associado às expectativas de aprendizagem de cada estudante.

Desse modo, é plausível mencionar que, no estabelecimento de ensino onde ocorre a realização e o desenvolvimento deste trabalho, os planos de ações desenvolvidos têm o propósito apenas de encontrar mecanismos para auxiliar os alunos nas atividades escolares que apresentem dificuldades de aprendizagens. No entanto, é necessário instigar a todos os estudantes a tornar-se aluno-pesquisador de novos conhecimentos e, de alguma forma, suprir as necessidades existentes para que sigam para o ano seguinte sem apresentar muitas dificuldades. Por isso, o planejamento educacional deve estar “[...] sistematizado, mediante o qual se pode conferir maior eficiência as atividades educacionais para em determinado prazo alcançar o conjunto de metas estabelecidas” (Gil, 1994, p. 34).

Ressalta-se que, os planos de ações do ponto de vista pedagógico, devem se tornar um conjunto de metodologias e atividades estruturadas visando oportunizar meios para que as metas planejadas sejam alcançadas, adequando e possibilitando a estruturação de um aprendizado significativo e eficaz.

No entanto, deve-se pensar que, antes de chegar ao ambiente escolar, o aluno pertence a um meio com suas particularidades, peculiaridades, qualidades e dificuldades ambientais que necessitam ser vistas com mais atenção. Nesse momento, o estudante precisa entender o porquê das modificações que surgem ideologicamente, mas que não consegue defini-las como uma interface que pode estar plenamente ligada a ações e condutas impensadas dos seres humanos. Conforme Silva (2013b, p. 72), “a ideologia tem o papel de sobredeterminar o

sentido da ação social, na medida em que interpela o indivíduo como sujeito, ou seja, na medida em que o indivíduo se torna sujeito assujeitado pela ideologia”.

Desse modo, a prática de ensino deve ser pautada no estabelecimento de ações que desenvolvam a produção de conhecimentos organizados pela inclusão de princípios e valores individuais e coletivos, evidenciando o objetivo de desenvolver nos alunos uma visão acentuada do progresso de construção de conhecimento à medida em que se tornem agentes do contexto histórico social.

Diante disso, os professores devem estender para além dos limites da escola a implementação de planos de ações que apresentam possibilidades para suprir as necessidades de entendimentos dos discentes sobre as mudanças existentes em seu meio, com interfaces de relevância advindas do trabalho sobre o meio ambiente e das consequências dessas manifestações para as futuras gerações.

3.5 PLANEJAMENTOS DIÁRIOS

Os planejamentos diários são recursos que dão subsídios para que os docentes possam desempenhar suas ações didático-pedagógicas com qualidade, visando o crescimento dos estudantes em relação a estruturação de conhecimentos. No entanto, os conteúdos planejados pelos professores já seguem uma lógica semiestruturada pautada apenas no seguimento proposto pelo livro didático e na proposta pedagógica de ensino.

Portanto, o desenvolvimento de atividades relacionadas ao ensino de aprendizagens referentes às temáticas ambientais não é algo frequente no ambiente escolar. Observa-se que essas atividades são desenvolvidas apenas em ocasiões como o Dia do Meio Ambiente, dia 5 de julho, e o Dia da Arvore, dia 21 de setembro. Com isso, entende-se que o planejamento docente é bastante atribulado, então acrescentar algo o tornaria mais trabalhoso. No entanto, deve-se estacar que

Planejamento é processo de busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos, visando o melhor funcionamento das atividades humanas. O ato de planejar é sempre um processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação; processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego de meios (materiais) e recursos (humanos) disponíveis, visando à concretização de objetivos em prazos determinado e etapas definidas a partir dos resultados das avaliações (Padilha, 2001 p. 30).

Desse modo, planejar se torna um mecanismo muito importante no trabalho docente, pois é através do planejamento que o professor busca equilibrar as temáticas e as atividades a serem aplicadas de acordo com necessidades identificadas. Assim, o ato de planejar leva o docente a refletir sobre o desempenho de suas ações, analisando a necessidade de utilizar recursos e materiais que podem auxiliar no desempenho das ações para alcançar os objetivos planejados. Ou seja, o desenvolvimento de determinada temática deve ser pautado em um planejamento bem estruturado, com objetivos capazes de qualificar os conteúdos programados e de adquirir conhecimentos propícios e de qualidade que contribuam para o desempenho dos estudantes.

Considerando isso, temática socioambiental deve ser brevemente pensada para se encaixar no planejamento do professor e na programação das escolas sem desestruturar o plano pedagógico do docente.

Diversificar a maneira de ensinar é primordial, mas é preciso contextualizar, planejar ações com metodologias diversificadas para integrar, além dos conteúdos já propostos, outros que fazem parte da convivência dos estudantes. Isso precisa ser levado em consideração, pois os alunos já possuem conhecimentos prévios, que são adquiridos sem a orientação de um professor, mas que precisam ser lapidados visando favorecimento pessoal deles.

3.6 AVALIAÇÕES PRODUZIDAS COTIDIANAMENTE

Cotidianamente, observa-se que professores e alunos são envolvidos em um conjunto de atividades dinâmicas, contextualizadas e estruturadas cujo pressuposto principal é a funcionalidade do trabalho do professor e o desenvolvimento intelectual dos estudantes. Para isso, são trabalhados diversos conteúdos programáticos, analisados e planejados de acordo com a necessidade de cada área de conhecimento.

Desse modo, as reflexões sobre processo de ensino e aprendizagem são previamente definidas a partir do desempenho dos estudantes diante dos conhecimentos teóricos e práticos absorvidos. Para analisar esse desempenho, é comum utilizar variadas formas de avaliações, produzidas com base nas temáticas trabalhadas cotidianamente, como “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis [sic] em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados” (Bardin, [1977] 2004, p. 7).

Nas práticas de avaliações, os docentes avaliam somente o desempenho dos estudantes nos conteúdos das disciplinas com que trabalham. Nesse processo, deixam de analisar os

conhecimentos prévios obtidos pelos alunos fora do contexto escolar, contrapondo-se à prática da interdisciplinaridade e da interculturalidade. Esta última se refere a um conjunto de conhecimentos mistos produzido, articulado e contextualizado pelos estudantes a partir da sua familiaridade com esfera social. Isso se traduz numa ideia fundamental, a “[...] de que todo conhecimento constitui uma construção que o sujeito faz a partir das interações com o mundo físico e social de seu contexto” (Moreto, 2008, p. 39).

Portanto, avaliar significa compreender o quanto realmente os estudantes conseguiram produzir de conhecimento em relação às temáticas as quais foram submetidos. Através desses meios de análise, os docentes conseguem verificar quais foram os pontos negativos e positivos no trabalho desenvolvido com os estudantes.

Nesse sentido, o professor necessita apresentar uma forma dinâmica e autêntica de avaliação, visando averiguar qualquer tipo de conhecimento que os estudantes já possuem, pois, segundo Moreto (2003, p. 105), “o aluno tem uma vivência que lhe permite construir uma estrutura cognitiva formada por ideias e concepções ligadas ao senso comum de seu meio social e às representações que ele mesmo constrói em função de suas próprias experiências”.

Desse modo, a prática avaliativa caracteriza o complexo de informações explícita tanto no aspecto escolar quanto cultural, o que significa dizer que os estudantes têm grandes possibilidades de evoluir em conhecimentos, pois, como esclarece Freire (1996, p. 47), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou sua construção”.

Por isso, é importante que o trabalho desenvolvido pelo professor tenha o caráter construtivista e de interação, no qual o aluno não seja visto apenas como um simples depósito de informações, e sim como um multiplicador. No entanto, para isso acontecer é fundamental que o professor crie possibilidades que ajudem os alunos na construção de conhecimentos. De acordo com Moreto (2003, p. 103),

Assim o ensino deixa de ser uma transmissão de conhecimentos (verdades prontas), para constituir-se em processo de elaboração de situações didático- -pedagógicas que facilitem a aprendizagem, isto é, que favoreçam a construção de relações significativas entre componentes de um universo simbólico.

O ato de avaliar, portanto, requer que os docentes apresentem um senso crítico para valorizar não só o ensino e aprendizagem atribuídos aos estudos no ambiente escolar, mas também os conhecimentos externos que estudantes constroem a partir de suas experiências cotidianas e que carregam importantes significados. Isso ocorre porque

A perspectiva construtivista sociointeracionista propõe uma nova relação entre o professor, o aluno e o conhecimento. Ela parte do princípio de que o aluno não é um simples acumulador de informações, ou seja, um mero receptor- -repetidor. Ele é o construtor do próprio conhecimento. Essa construção se dá com a mediação do professor, numa ação do aluno que estabelece a relação entre suas concepções prévias e o objeto do conhecimento proposto pela escola. Assim, fica claro que a construção do conhecimento é um processo interior do sujeito da aprendizagem, estimulado por condições exteriores criadas pelo professor. Por isso dizemos que cabe a este o papel de catalisador do processo de aprendizagem (Moreto, 2008, p. 87).

Portanto, a avaliação é uma prática que deve ser realizada constantemente como instrumento pedagógicos para que os professores tenham a possibilidade de melhorar sua prática pedagógicas, ajustando as tomadas de decisões e planejando ações que visam sempre a melhoria do aprendizado dos estudantes. Além disso, é fundamental avaliar além daquilo que o aluno aprende nas disciplinas escolares, sempre considerando sua realidade, experiências, expectativas, qualidades, aspectos culturais, pessoais e coletivas abstraídas no meio de convivência tanto na estrutura social quanto ambiental.

4 ANÁLISES DOS RESULTADOS OBTIDOS

Com o propósito de ressaltar a importância da EA no contexto escolar, entendendo que o aprendizado dos discentes também está associado à junção de práticas pedagógicas que estejam ligadas às temáticas socioambientais, direta ou indiretamente, este estudo tem como objetivo geral analisar a importância dos educadores como agentes formadores de novos pensamentos, atitudes e valores. E como objetivos específicos:

- 1) Caracterizar a importância da Educação Ambiental mediante ao processo de ensino e aprendizagem;
- 2) Descrever a importância do professor no desenvolvimento das ações didático-pedagógicas interdisciplinares, que são planejadas e desenvolvidas no cotidiano escolar;
- 3) Analisar a importância das ações crítico-reflexivo do professor diante do processo de formação dos discentes.

A observação dos resultados se deu pela análise de conteúdo, pois ela proporciona ao pesquisador mecanismo que possibilite desenvolver ações cognitivas não estruturadas e que favoreça uma análise mais aprofundada dos elementos da pesquisa. Desta forma,

[...] acreditamos que a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas. Além disso, os documentos normalmente são considerados importantes fontes de dados para outros tipos de estudos qualitativos, merecendo, portanto, atenção especial (Godoy, 1995, p. 21).

Assim, observa-se que a realização da aprendizagem em EA se torna mais eficaz, dinâmica e significativa quando há o desenvolvimento de ações importantes, como: projetos interdisciplinares, proposta curricular de ensino, projeto político pedagógico, planos de ações,

planejamentos diários e avaliações cotidianas. (Tabela 1).

Tabela 1 – Documentos analisados

| ITEM | DOCUMENTOS ANALISADOS |
|------|---|
| 01 | Projetos interdisciplinares desenvolvidos na escola |
| 02 | Proposta Curricular de Ensino |
| 03 | Projeto Político Pedagógico (PPP) |
| 04 | Planos de Ações |
| 05 | Planejamentos Diários |
| 06 | Avaliações produzidas cotidianamente |

Fonte: Autoria do pesquisador.

Cada um dos documentos apresentados nessa tabela tem sua importância e sua funcionalidade no processo de ensino e aprendizagem, como mostra a análise a seguir.

Para a formação de sujeitos críticos, é necessário que a educação esteja firmada em alicerces éticos, políticos e sociais que evidenciem os valores de honestidade, justiça, respeito, amor e solidariedade. Nesse sentido, destaca-se o **item 01** da tabela, pois a interdisciplinaridade de conteúdos contribui para a obtenção de conhecimentos de forma mútua, isto é, em conjunto com outras disciplinas, possibilitando aos alunos um aprendizado amplo e organizado.

Além disso, os projetos interdisciplinares ajudam a instituição escolar a realizar ações inovadoras subsidiadas a procedimentos cada vez mais dinâmicos, eficazes e articuladas ao contexto social de cada estudante. Através deles “ocorre a condensação e o destaque das informações para análise, culminando nas interpretações inferenciais; é o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica” (Kripka; Scheller; Bonotto, 2015, p. 69).

Também se destaca que a multidisciplinaridade leva o despertar para o conhecimento e a integralização de todas as áreas de conhecimentos, como aqueles relacionados à EA, visto que essa temática apresenta um panorama crucial da realidade no qual os contextos escolar e social estão inseridos.

Em associação a isso, o **item 02** tem como aspecto relevante a melhoria da qualidade do ensino, subsidiadas por ações pedagógicas motivadoras, visto que os docentes e demais profissionais devem organizar e desenvolver suas ações didáticas e pedagógicas articulada a proposta curricular de ensino. A partir desse documento, o trabalho do professor passa oferecer melhores oportunidades de aprendizagens aos alunos e, em consonância, transforma

o ambiente escolar, estimulando a criatividade e a possibilidade de desenvolvimento global do ser humano. Nesse sentido, Libâneo (2015, p. 143) afirma que o currículo, “[...] representa tudo que os alunos aprendem pela convivência espontânea em meio às várias práticas, atitudes, comportamentos, gestos, percepções que vigoram no meio social e escolar” (p. 143).

Porém, ressalta-se que a proposta curricular engloba um conjunto de ações metodológicas que, de modo geral, preconiza o desenvolvimento do ser humano diante os desafios da vida social e da aprendizagem. Assim, cabem às instituições de ensino articular a formação formal ao sentido individual e coletivo para o desenvolvimento pleno de cada um.

Como instrumento que valoriza o processo de ensino e aprendizagem, destaca-se o **item 03**, pois é a partir desse recurso que as instituições de ensino conseguem aplicar as leis e diretrizes educacionais. Além disso, o PPP possibilita a inserção e o desenvolvimento de políticas de ensino, pesquisa e extensão, visando a busca por uma educação cidadã, inclusiva, empreendedora e autônoma, e com ênfase na constante formação dos estudantes, subsidiado pela interdisciplinaridade e pela transdisciplinaridade. A BNCC ressalta que “a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, o protagonismo do aluno em sua aprendizagem e a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende” (Brasil, 2017 p. 15).

Portanto, a escola, enquanto parte de uma rede de ensino, precisa estar em sintonia com as políticas educacionais e com a comunidade em que está inserida. Por isso, se faz necessária uma constante reflexão relacionada ao contexto das suas ações e atividades, tendo em vista as adequações em suas práticas pedagógicas, com enfoque na formação integral do estudante por meio de competências e habilidades.

Em consonância com as demais atividades que ajudam no desenvolvimento dos estudantes, temos o **item 04** que são outros instrumentos que contribuem significativamente com as atividades didáticas e pedagógicas que a escola desenvolve.

Os planos de ações consistem em um instrumento de trabalho dinâmico com o intuito de propiciar metodologias que ressaltam os principais problemas a serem resolvidos através de objetivos e metas a serem alcançadas em períodos determinados. Sua organização deve considerar os principais problemas observados no diagnóstico educacional e na caracterização da comunidade escolar, estabelecendo objetivos de curto, médio e longo prazo, para que a resolução ocorra nos períodos previamente programados. Neste sentido, Bussmann (1995, p. 38), afirma que “o desafio que representa o projeto pedagógico traz em si a exigência de entender e considerar o projeto como um processo sempre em construção, cujos resultados

são gradativos e imediatos”. Desse modo, os planos de ações devem ser objeto de avaliação contínua na intenção de permitir as análises de situações imprevistas, visando encontrar possíveis soluções que contemplem a valorização e a melhoria tanto do ensino quanto do aprendizado.

Destaca-se também a relevância do **item 05**, que são estruturas organizacionais que fomentam todas as ações planejadas e realizadas contidamente no contexto escolar. Portanto, os planejamentos diários são subsídios importantes para que os professores possam realizar suas metodologias de forma estruturada a fim de atender todas as demandas apresentadas pelos estudantes.

De modo, ressalta-se que o ato de planejar é importante, pois, através disso, os docentes conseguem observar as principais dificuldades de ensino e aprendizagem e, posteriormente, construam atividades metodológicas que ajudam a equilibrar o desempenho das temáticas a serem desenvolvidas. Assim, quando o professor planeja, ele reflete sobre o desempenho de suas ações e, em seguida, analisa a possibilidade de inserir mais recursos e materiais que o ajude a conduzir o aluno para desempenhar as ações almejando alcançar os objetivos propostos.

Por fim, destaca-se o **item 06** que serve como um instrumento democrático e participativo, auxiliando professores e alunos a concretizarem seus objetivos, garantindo confiabilidade aos projetos propostos e em desenvolvimento. É através de avaliações produzidas cotidianamente que se observa a relação recíproca de informações em que a aprendizagem de professores e alunos estão envolvidos constantemente.

Desse modo, a avaliação é entendida como um processo por meio do qual o professor recolhe e analisa as informações sobre o ensino e a aprendizagem, visando à intervenção pedagógica. Ela é um componente do processo educativo e, articulada ao planejamento, se constitui em um importante instrumento de análise do trabalho pedagógico nas instituições de ensino. Ressalta que o processo de avaliação deve ser contínuo e sistemático, ocorrendo nos diferentes momentos do trabalho.

Portanto, observa-se que todos os documentos analisados são essenciais na consistência de um trabalho dinâmico. Eles contemplam de modo funcional o processo educativo para que seja desenvolvido de forma contínua e sistemático, principalmente nas ações extracurriculares em que o ensino deve ocorrer de forma diferenciada. Nesse contexto, a figura do educador é de suma importância, pois são os agentes formadores de novos pensamentos, atitudes e valores.

Assim, destaca-se que a orientação pedagógica utilizada pelo professor serve de alicerce para que seu trabalho se torne próspero e fecundo, adequando suas metodologias de ensino à realidade de seus alunos e inserindo outras temáticas, como a EA que, por sua vez, proporciona aos alunos a inclusão de conhecimentos voltados à conservação do meio ambiente. Diante dessas informações, diversos autores destacam que a EA se torna instrumento que auxilia no desenvolvimento da aprendizagem, contribuindo para que haja mais objetividade e que os alunos possam estruturar conhecimentos acerca da realidade a qual estejam inseridos.

Portanto, torna-se essencial o desenvolvimento de ações didático-pedagógicas interdisciplinares e multidisciplinares planejadas e desenvolvidas no cotidiano escolar, associada às ações crítico-reflexivo do professor, visando à qualidade na formação de cada estudante.

CONCLUSÃO

Sabe-se que, nos últimos anos, a EA tem se tornando um tema de grande repercussão, pois, vivemos em uma sociedade que passa por constantes processos de transformação. Diante desse cenário, as escolas são instituições essenciais na difusão de informações que possam transformar ideias e atitudes com relação à familiaridade do ser humano com o meio ambiente, criando novas alternativas. Isso possibilita aos professores a oportunidade de criar um saber crítico que auxilie o educando a ter um novo posicionamento referente ao mundo em que vive.

Nesse sentido, o trabalho docente e o desenvolvimento do processo pedagógico se tornam fatores fundamentais para construir alicerces que garantam a todos os membros do meio social a estrutura de sabedoria e o dinamismo crítico em relação aos conhecimentos sobre a EA. Esses fatores possibilitam a estruturação dos conhecimentos que os alunos já vêm construindo ao longo de sua história.

A fim de enriquecer o referido trabalho, buscou-se demonstrar que o aprendizado dos discentes também pode estar associado à interação das propostas pedagógicas com o desenvolvimento das ações ambientais. Com isso, há a multiplicação de informações que oferecem aos alunos uma possibilidade de obtenção de novos conhecimentos fortalecidos pela união entre o homem e a natureza. Nesse sentido, a escola tem o papel primordial em desenvolver recursos diversos para fornecer conhecimentos, contribuindo para a formação social e cidadã de cada um, tornando-se pessoas plenas, ativas e participativas.

Esta pesquisa de caráter científica tem a intenção de ratificar que, a EA proporciona às pessoas o desenvolvimento do senso crítico e, conseqüentemente, ajuda elas a despertar para uma nova realidade de vivência. Por isso, é fundamental que as instituições de ensino assumam o seu papel de formadoras de opiniões e construam mudanças que desperte os educandos para um novo sentido de adequação ao meio. Assim, ao ensinar EA, o resultado será a ampliação do conceito de sustentabilidade ao cidadão. E cabe ao professor projetar diferentes possibilidades de ensinar para que possa planejar e replanejar seu trabalho, focando na realidade apresentada pelos alunos.

Nesse contexto, a EA deve ser trabalhada de forma mais objetiva, formal e qualitativa, possibilitando a estruturação dos conhecimentos e proporcionando a amplitude da autonomia, da criticidade comportamental e da inserção de conhecimento do espaço geográfico dos quais todos são integrantes e agentes de transformação.

Por isso, é importante compreender o quanto os estudantes conseguem realmente produzir de conhecimento em relação às temáticas desenvolvidas. Através desses meios de análise, os docentes conseguem analisar quais foram os pontos negativos e positivos sobre o trabalho desenvolvido junto aos estudantes.

Ressalta-se que a formação escolar demanda de melhorias no desempenho de ações individuais e coletivas, visando o bom desempenho social dos alunos, considerando um contexto amplo, e beneficiando o crescimento de todos através do ato de pensar sobre a importância de apresentar cuidados, além de realizar atitudes que possam ser contextualizadas e solidificadas.

Esclarece-se que, durante o desenvolvimento desta pesquisa, surgiu alguns empecilhos com relação a busca por informações. Entre eles, destacam-se dois: a dificuldade de acesso aos documentos solicitados para leitura e análise; e a falta de atualização de documentos, como o PPP da escola que se encontrava desatualizado e com informações não mais condizentes com o contexto atual. Isso dificultou na qualidade de entendimento sobre as informações. Apesar disso, esta pesquisa buscou ressaltar o importante papel que a EA tem na vida de cada cidadão.

Portanto, dissertar sobre este estudo fará contribuições importantes no campo educacional, pois, através dos conhecimentos sobre EA, destacamos que os estudantes podem se tornar cidadãos ativos, participativos e conhecedores da importância e manutenção de determinados ambientes. Além disso, eles podem encontrar possíveis soluções para os problemas apresentados e/ou diversas formas de preveni-los. Desse modo, mostra-se que os

conhecimentos relacionados à EA contribuem para que os alunos vivam numa sociedade que mantenha seus ambientes preservados, onde seus saberes adquiridos são amplamente disseminados para se ter um significado positivo.

Dessa forma, cabem às escolas a articulação, o planejamento e o desenvolvimento de projetos interdisciplinares que envolvam não só os integrantes do contexto escolar, mas a família e a sociedade como um todo. Nesses projetos cada um pode contribuir com iniciativas inovadoras, evidenciando as dificuldades com relação às possibilidades do ato de cuidar do meio que os cercam. Nesse sentido, o entendimento eficaz do meio ambiente traduz a importância que este tem diante da manutenção e da qualidade de vida.

Pensar em aprendizagem diversificada é, portanto, entender que a aprendizagem pode ser desenvolvida em propósitos significativos, visando proporcionar metodologias de ensino que permitem aos discente a compreensão da realidade e de valores embasados em ações críticas e reflexivas.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Nízia de. Revendo o meu fazer sob uma perspectiva teórico-prática. *In*: GRINSPUN, Miriam P. S. Zippin. (org.). **A prática dos orientadores educacionais**. São Paulo: Cortez, 1994.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofia da Educação*. 2ª ed. ver e ampl. São Paulo: Moderna, 1996.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo** [1977]. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BARRETO, Virginia Paes. **A Educação Ambiental como proposta reflexiva da realidade**. 2006. 75p. Monografia (Curso de Pedagogia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

BERNA, Vilmar. O país de maior biodiversidade do mundo. **Revista Construir Notícias**. Recife-PE, n. 22, p. 29-30. mai./jun. 2005.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, 2017. Disponível em:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.
 Acesso em: 3 jan. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 dez. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981.** Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília: 31 ago. 1981. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm. Acesso em: 24 dez. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 7.735, de 22 de fevereiro de 1989.** Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. Brasília: 22 fev. 1989. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/esepectamos/images/stories/lei-7735-22-fevereiro-1989-365694-no-rmaatualizada-pl.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 7.797, de 10 de julho de 1989.** Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências. Brasília: 10 jul. 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17797.htm. Acesso em: 23 dez. 2021.

BRASIL. **Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 27 abr. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 23 dez. 2021.

BUSSMANN, Antônia Carvalho. O Projeto Político-Pedagógico e a Gestão da Escola. *In*: VEIGA, Ilma Passos A. (org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola** – uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** São Paulo: Cortez, 1991.
 COSTA, Vania Cristina Marques da; CERON, Jussara Cristina Mayer. A participação da família no processo de desenvolvimento escolar dos estudantes do ensino fundamental: desafios reconhecidos no cotidiano da Escola Municipal Maria Aparecida Amaro de Souza. **Revista Eventos Pedagógicos**, Sinop- Mt, v. 5, p.330-339, 2014. Jun/jul.. Disponível em: sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/1489. Acesso em: 10 dez. 2022.

DESSEN, Maria Auxiliadora; POLONIA, Ana da Costa. **A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano.** Revista Família e Escola, Brasília- Df, p.21-32, 2007. Disponível em: <www.scielo.br/paideia>. Acesso em: 21 maio. 2023.

DIAS, G. F. **Educação ambiental:** Princípios e Prática. São Paulo: Gaia, 2004.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental:** princípios e práticas. 2. Ed. São Paulo: Gaia, 1993.

DONATI, Pierpaolo. **Família no século XXI:** abordagem relacional. São Paulo: Paulinas. 2008.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade:** história, teoria e pesquisa. 18.ed. Campinas: Papirus, 2012a.

FAZENDA, Ivani A. **Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro:** efetividade ou ideologia. 6. ed. São Paulo: Loyola. 2011.

FERREIRA, A. T. A Educação ambiental na década de 90 no Brasil: aspectos preliminares sobre políticas públicas, comunicação e cidadania. In: IX Congresso de Ciências de Comunicação na Região Sul, maio de 2008. Disponível em: <http://www.intercon.org.br/papers/regionais/sul2008/resumos/R10-0114-1.pdf>. Acesso em: 07 de janeiro de 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

GADOTTI, Moacir. **Concepção Dialética da Educação**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio. (orgs.). **Autonomia da escola**: princípios e propostas. São Paulo: Cortez/IPF, 1997. (guia da Escola Cidadã)

GIL, Antônio Carlos. **Planejamento como prática educativa**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1994.

GODOY, A.S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/jun. 1995.

GRAMSCI, Joaquim Antônio. **Filosofia da Educação**: Construindo a cidadania. São Paulo: FTD, 1990 (aprender a ensinar).

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, março/ 2003.

KAPLAN, Leonardo; LOUREIRO Carlos Frederico Bernardo. Análise crítica do discurso do programa nacional de formação de educadoras(es) ambientais–profea: pela não desescolarização da educação ambiental. 2011. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.27 , n.02, p.177-196 , ago. 2011.

KRIPKA, Rosana Maria; SCHELLER, Morgan; BONOTTO, Danusa de Lara. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. **Revista Investigação Qualitativa em Educação**, Vol. 02, p. 243-247, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Heccus, 2015.

_____. José Carlos Adeus professor, Adeus Professora? Novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 2000.

LOPES, A. O. Relação de interdependência entre ensino e aprendizagem. In: VEIGA, I. P. A. (org.). **Didática**: o ensino e suas relações. 7.ed. Campinas: Papirus, p.105-114, 2003. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

LOUREIRO, C. F. Questões ontológicas e metodológicas da educação ambiental crítica no capitalismo contemporâneo. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Rio Grande do Sul, v. 36, n. 1, p. 79-95, jan./abr. 2019.

LUCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar**: fundamentos teórico-metodológicos. 18. ed.

Petrópolis: Vozes, 2013.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, SP: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MACHADO, N. J. **Educação: projetos e valores**. 3. ed. São Paulo: Escrituras, 2000.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Método do Trabalho Científico**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MOREIRA, M.A. Teoria do desenvolvimento cognitivo de Piaget. *In: Moreira, M.A. Teorias de Aprendizagem*. São Paulo: EPU, 1998.

MORETO, Vasco Pedro. **Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

_____. **Construtivismo: a produção do conhecimento em aula**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MORIN, E. A cabeça bem-feita. repensar a reforma, reformar o pensamento. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002a.

OLIVEIRA, H. M.A **perspectiva dos educadores sobre o meio ambiente e a educação ambiental**. 2005. 42p. (Monografia do Curso de Pedagogia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico: como construir o Projeto Político-Pedagógico da Escola**. São Paulo: Cortez, Instituto Paulo Freire, 2001.

PÁDUA, S. M. A. Educação ambiental: um caminho possível para mudanças. *In: VIANNA, L. P. (coord.). Panorama da Educação Ambiental no Ensino Fundamental*. Brasília, MEC/SEF, 2001. p. 77-80.

PHILIPPI, Arlindo Jr.; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação ambiental e sustentabilidade**. 2. ed rev. E atual. Barueri, SP: Manole, 2014. (Coleção ambiental, v. 14).

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2012.

PINHO, Cristiane Rodrigues de Oliveira. **Educação ambiental no âmbito escolar: práticas e desafios sob o olhar docente** / Cristiane Rodrigues de Oliveira Pinho – João Pessoa, 2014.

RODRIGUES, Vanuza Maria Costa. **Participação dos pais no cotidiano da Escola Estadual Manoel Alves Grande**. Relatório analítico apresentado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em coordenação pedagógica, Campos Lindos – TO, dezembro/2011. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fcoordenacaoescolagestores.mec.gov.br%2Fuft%2Ffile.php%2F1%2Fmoddata%2Fdata%2F1003%2F1221%2F2247%2FTcc_a_participacao_dos_pais_Vanuz_a.pdf&ei=McOBVdQFhrj4AaXYgJgH&usg=AFQjCNHOIWzAlsWhZK7l9Rut8iXVq2RVsg&bvm=bv.96041959,d.cWw>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.

SANTOS, C. **A influência do vínculo afetivo na prática pedagógica da Educação Especial**. 2014. 61 f. Monografia (Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Medianeira, 2014.

SANTOS, A. R.; RIBEIRO, L. M. L. A Base Nacional Comum Curricular e suas implicações na proposta curricular de ciências naturais do estado do Acre. *Horizontes – Revista de Educação, Dourados*, v. 8, n. 15, p. 81-97, jan/jun 2020. DOI <https://doi.org/10.30612/hre.v8i15.10684>.

SANTANA, Patricia Mariano da Costa. **Projetos de educação ambiental na rede municipal de ensino de Mogi Mirim: desafios à prática pedagógica** / Patricia Mariano da Costa Santana, Limeira, SP: [s.n.], 2013.

SANTOS, L.; TONIOSSO, J. P. A importância da relação escola-família. **Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro-SP, 1 (1): 122-134, 2014. Disponível em: <http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/04042014074149.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SAUVÉ, L. Educação Ambiental: possibilidades e limitações. **Educação e Pesquisa**. São Paulo. v. 31, n. 2, p. 317-322, maio/ago. 2005.

SEGURA, Denise de Souza Baena. **Educação Ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001. 214p.

SILVA, J. O. Althusser. *In*: OLIVEIRA, L. A. (org.). **Estudos do discurso: perspectivas teóricas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013b. p. 71 – 101.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Yin, Robert. K. (2005). **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre, RS: Bookman